

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS CAMPUS DE FRANCA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PLANEJAMENTO E ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO PROFISSIONAL INTERDISCIPLINAR

**ENSINO MÉDIO INTEGRADO À FORMAÇÃO TÉCNICA: UMA ANÁLISE A
PARTIR DA INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO**

VANDERSON GOMES DE CAMPOS

FRANCA
2024

VANDERSON GOMES DE CAMPOS

**ENSINO MÉDIO INTEGRADO À FORMAÇÃO TÉCNICA: UMA ANÁLISE A
PARTIR DA INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre, à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, do Programa Planejamento e Análise de Políticas Públicas.

Linha de Pesquisa: Políticas, gestão e formação na educação

Orientadora: Dra. Camila Fernanda Bassetto Sampaio

FRANCA
2024

C198e

Campos, Vanderson Gomes de

Ensino médio integrado à formação técnica: uma análise a partir da
inserção dos jovens no mercado de trabalho / Vanderson Gomes de
Campos. -- Franca, 2024

112 p. : il., tabs.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual
Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientadora: Camila Fernanda Bassetto Sampaio

1. Educação. 2. Mercado de Trabalho. 3. Políticas Públicas
Educativas. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Universidade
Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos
pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

VANDERSON GOMES DE CAMPOS

**ENSINO MÉDIO INTEGRADO À FORMAÇÃO TÉCNICA: UMA ANÁLISE A
PARTIR DA INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO**

Relatório para Exame geral de Defesa apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito para obtenção do título de Mestre em Planejamento e Análise de Políticas Públicas.

BANCA EXAMINADORA

Presidente:

Profa. Dra. Camila Fernanda BassettoSampaio
UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Campus de Araraquara /SP

1º Examinador:

Prof. Dr. Álvaro Martim Guedes
UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Campus de Araraquara /SP

2º Examinador:

Prof. Dr. Raul Sebastião Figueiredo
FFCL – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
Ituverava/SP

Franca, 09 de julho de 2024.

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

O impacto potencial se dará analisando se o Ensino Médio Integrado a Formação Técnica auxilia os alunos para ingressar no mercado de trabalho. Com a aplicação de um questionário tanto para os alunos ingressantes e egressos e também para os empregadores desses jovens a pesquisa visa analisar se essa política pública voltada a educação é eficiente ou não.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

The potential impact will be assessed by analyzing whether the Integrated High School with Technical Training helps students to enter the workforce. By conducting surveys for both incoming and outgoing students, as well as for the employers of these young individuals, the research aims to assess the effectiveness of this education-focused public policy.

DEDICATÓRIA

“Ele é o sujeito e o verbo de uma grande obra na busca do saber. Na matemática de vida, nos ensina a somar com os outros, multiplicar o conhecimento e mostrar que às vezes dividir também é uma ótima solução. Que é preciso misturar as fórmulas e combinar tudo.

Ser professor não é só dar aulas, mas ensinar a procurar respostas. É pelas mãos desse profissional que se formam bons cidadãos, desenvolve uma cidade, um estado e um país.

Uma homenagem a todos os profissionais de educação, em especial a você, professor!”

Célio Magrini

Dedico esse trabalho a todos os professores que lutam dia a dia para uma educação e um futuro melhor.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por me dar forças, determinação e condições para que meus objetivos fossem alcançados e ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo desse trabalho.

Agradeço a minha esposa por sempre me apoiar, entender, e incentivar nessa longa caminhada. Estar ao meu lado foram as luzes guias nos momentos mais escuros da minha jornada acadêmica, minha gratidão é tão profunda quanto o nosso amor.

A minha orientadora Profa. Camila, que além das brilhantes e fundamentais orientações, foi paciente, incentivadora, compreensiva e acima de tudo, não me fez desistir nos momentos mais difíceis dessa caminhada, meus sinceros e profundos agradecimentos professora.

A Universidade Estadual Paulista – UNESP, aos funcionários do Campus de Franca e em especial a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas – PAPP, que me proporcionaram o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram em suas aulas, na transmissão do conhecimento e acima de tudo, na formação do senso crítico sobre políticas públicas e seu impacto nas pessoas, meu muito obrigado a todos.

Agradeço aos meus colegas de profissão, que sempre me incentivaram e me deram forças na busca de conhecimento nessa importante etapa profissional, vocês foram meu apoio nas horas mais complicadas.

Obrigado aos meus colegas de turma, por compartilharem comigo tantos momentos de descobertas e aprendizado e por todo o companheirismo ao longo deste percurso.

E por fim obrigado aos meus amigos e familiares que me incentivaram e apoiaram e que certamente tiveram fundamental importância nessa caminhada.

“Se a gente quiser modificar alguma coisa, é pelas crianças que devemos começar. Devemos respeitar e educar nossas crianças para que o futuro das nações e do planeta seja digno”.

Ayrton Senna

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar os impactos do Ensino Médio Integrado à Formação Técnica na inserção dos jovens no mercado de trabalho. Investiga-se como se dá o ingresso dos alunos que cursaram esta modalidade de ensino na trajetória profissional. Para alcançar o objetivo proposto, a pesquisa utiliza-se de um estudo de caso realizado junto aos alunos egressos da Escola Técnica Estadual (ETEC) Professor Carmelino Corrêa Júnior, situada na cidade de Franca. Com mais de 60 anos, a referida ETEC oferece, tradicionalmente, cursos na área agrícola e industrial, e possui três cursos de Ensino Médio Integrado à Formação Técnica: Agropecuária, Biotecnologia e Química, totalizando em seus três anos de curso cerca de 353 formados. A pesquisa contou com a participação de 151 alunos ingressantes e 62 egressos, e também com 20 empresários que contratam os formandos da ETEC com o intuito de verificar se essa modalidade de ensino qualifica os jovens para o mercado de trabalho. A coleta de dados ocorre a partir da aplicação de questionário e busca contribuir para uma análise dos gestores das políticas públicas de educação atuando como um parâmetro sobre a eficiência do Ensino Médio Integrado à Formação Técnica.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Ensino Médio, Formação Técnica, Mercado de Trabalho; Políticas Públicas.

ABSTRACT

This research aims to analyze the impacts of Integrated High School and Technical Training on the insertion of young people into the job market. It investigates how students who have taken this type of education enter the professional career path. To achieve the proposed objective, the research uses a case study conducted with students who graduated from the Professor Carmelino Corrêa Júnior State Technical School (ETEC), located in the city of Franca. With over 60 years of existence, the aforementioned ETEC traditionally offers courses in the agricultural and industrial areas, and has three courses of Integrated High School and Technical Training: Agriculture, Biotechnology and Chemistry, totaling approximately 353 graduates in its three years of course. The research had the participation of 151 incoming students and 62 alumni, as well as 20 businessmen who hire ETEC graduates with the aim of verifying whether this type of education qualifies young people for the job market. Data collection occurs through the application of a questionnaire and seeks to contribute to an analysis of public education policy managers, acting as a parameter on the efficiency of Secondary Education Integrated with Technical Training.

KEYWORDS: Education; High School, Technical Training, Job Market; Public Policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição percentual de pessoas de 14 anos ou mais de idade em 2022.	22
Figura 2 – Tabela com os Eixos Tecnológicos do Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos (CNCT)	46
Figura 3 – Números de pessoas na família dos alunos na ETEC Prof. Carmelino Corrêa.....	58
Figura 4 – Renda Familiar dos alunos da ETEC Prof. Carmelino Corrêa Júnior em 2023.....	58
Figura 5 – Definição da cor/raça segundo os alunos da ETEC Prof. Carmelino Corrêa Júnior em 2023.....	59
Figura 6 – Demanda do Vestibulinho do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Agropecuária	60
Figura 7 – Demanda do Vestibulinho do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Biotecnologia	63
Figura 8 – Demanda do Vestibulinho do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Química.....	65
Figura 9 – Qual motivo você escolheu o curso que está estudando?	70
Figura 10 – Como o ingressante classifica sua origem étnica.....	71
Figura 11 – Em qual cidade você reside	72
Figura 12 – Quantas pessoas residem junto ao aluno ingressante.....	72
Figura 13 – Qual a renda total da família do ingresso na ETEC Prof. Carmelino Corrêa Junior	73
Figura 14 – Escolaridade dos pais dos alunos ingressantes	73
Figura 15 – Tipo de emprego dos pais dos alunos ingressantes.....	74
Figura 16 – Qual o motivo que os egressos escolheram o curso.....	75
Figura 17 – Como os egressos classificam sua origem étnica	75
Figura 18 – Qual cidade os alunos egressos residem	76
Figura 19 – Quantas pessoas moram junto com os alunos egressos	76
Figura 20 – Qual a renda total da família dos alunos egressos	77
Figura 21 – Qual a formação dos pais dos alunos egressos	77
Figura 22 – Como os alunos egressos estão buscando oportunidades de emprego.....	78
Figura 23 – Como os alunos egressos conseguiram as oportunidades de emprego	79
Figura 24 – Respostas quanto a dificuldade dos egressos no primeiro emprego	79
Figura 25 – Consideração do Ensino Médio Integrado ao Ensino Técnico no ingresso ao mercado de trabalho.....	80
Figura 26 – Contribuição da ETEC na formação profissional dos alunos	80
Figura 27 – Respostas dos egressos quanto a recomendação de fazer os cursos oferecidos pela ETEC.....	81
Figura 28 – Respostas dos empregadores quanto a formação dos alunos pela ETEC	83
Figura 29 – Opinião dos empregadores quanto a contribuição da ETEC para o desenvolvimento da região	83
Figura 30 – Respostas dos empregadores quanto as qualidades dos alunos da ETEC.....	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Titulação dos Docentes da ETEC Prof. Carmelino Corrêa Júnior	56
Tabela 2 – Cidades onde os alunos da ETEC Prof. Carmelino Corrêa Júnior residem.....	57
Tabela 3 – Demanda do vestibulinho do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Agropecuária	60
Tabela 4 – Índices de aproveitamento do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Agropecuária	61
Tabela 5 – Demanda do vestibulinho do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Biotecnologia	63
Tabela 6 – Índices de aproveitamento do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Biotecnologia	64
Tabela 7 – Demanda do vestibulinho do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Química	65
Tabela 8 – Índices de aproveitamento do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Química	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANEGEPE – Associação Nacional de Estudos em Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas

ART – Artigo

BDCETEC – Banco de Dados da Unidade do Ensino Médio e Técnico do Centro Paula Souza

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

CEET – Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo

CEETEPS – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

CEFET – Centros Federais de Educação Tecnológica

CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola

CLT – Consolidação das Leis do Trabalhistas

CNCT – Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNE/CP – Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CPS – Centro Paula Souza

EIT – Escolas Técnicas Federais

EJATEC – Educação de Jovens e Adultos com Técnico

EPT – Educação Profissional e Técnica

ETEC – Escola Técnica Estadual

ETIM – Ensino Técnico Integrado ao Médio

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FATEC – Faculdade de Tecnologia

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

GEM – Global Entrepreneurship Monitor

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDGM – Índice dos Desafios da Gestão Municipal

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

MEC – Ministério da Educação

MEI – Microempreendedor Individual

MET – Ministério do Trabalho e Emprego

OMS – Organização Mundial da Saúde

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNE – Plano Nacional de Educação

PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROTEC – Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEDUC – Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Nacional

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SESC – Serviço Social do Comércio

SESI – Serviço Social da Indústria

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	16
2.A IMPORTÂNCIA DO JOVEM NO MERCADO DE TRABALHO.....	21
3.A HISTÓRIA DO ENSINO PROFISSIONAL NO BRASIL	26
4.POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	34
5.O CENTRO PAULA SOUZA	52
5.1.A CIDADE DE FRANCA	53
5.2.A ETEC PROFESSOR CARMELINO CORRÊA JÚNIOR.....	54
5.3.O PERFIL DOS ALUNOS DA ETEC PROFESSOR CARMELINO CORRÊA JÚNIOR	56
5.4.OS CURSOS DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO ENSINO TÉCNICO	59
6.A IMPORTANCIA DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO TÉCNICO NA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO	67
6.1.PESQUISA COM INGRESSANTES E EGRESSOS DA ETEC PROF. CARMELINO CORRÊA JÚNIOR.	69
7.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS	88
ANEXO	93

1. INTRODUÇÃO

A escola não só educa academicamente, mas também forma cidadãos responsáveis e apoia o desenvolvimento pessoal dos alunos atuando na formação moral do aluno, outra ação se faz presente no ambiente escolar: A capacitação dos jovens para o mercado de trabalho e sua integração profissional.

Apesar da obrigatoriedade de oferecer o Ensino Médio para todos os jovens até os 17 anos no Brasil foi estabelecida pela Emenda Constitucional nº 59/09. Essa conquista é garantida pela legislação que afirma ser “dever do Estado assegurar a educação básica obrigatória e gratuita para crianças e adolescentes dos 4 aos 17 anos de idade” (BRASIL, 2009). o trabalho é uma dimensão essencial da vida humana e permeia todas as ações e atividades realizadas pelos indivíduos. A inserção do jovem no mercado de trabalho, o seu primeiro emprego, é uma missão cada vez mais difícil nos dias de hoje, contudo, uma formação profissional que o mercado necessita, facilita a ruptura desse paradigma.

O capitalismo incutiu no trabalhador a ideia de que o trabalho traz dignidade ao homem. No Brasil, muitos pais consideram importante a antecipação da entrada de seus filhos do mercado de trabalho, sob a premissa que o emprego significa dignidade. A realidade social do Brasil mostra que os brasileiros estão entrando no mercado de trabalho cada vez mais jovens. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2023, realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) 15,3% dos jovens de 15 a 29 anos no Brasil trabalham e estudam, dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010, 7,8% da população entre 10 e 15 anos de idade estava inserida, naquele momento, no mercado de trabalho e, entre 16 e 17 anos, 26,7% dos adolescentes já trabalhavam, por outro lado, na pesquisa de 2023, 19,8%, ou seja, um entre cinco, não estudam e nem trabalham. Esse número de jovens que não trabalham e nem estudam recuou na comparação de 2022 e 2019, com 20% e 22,4% respectivamente. Esse recuo se dá devido a um aporte maior da força de trabalho jovem no mercado de trabalho, devido a crescente oferta de emprego do mercado. Com um olhar mais para os jovens que frequentam o Ensino Médio, ou seja, de 15 a 17 anos, a pesquisa de 2023 mostrou que 11,3% trabalham e estudam, 2,3% somente trabalham, 81,2% só estudam e 5,1% não estudam e também não trabalham.

Outro ponto importante que a pesquisa informou que 9,1% dos jovens de 15 a 17 anos faziam cursos de nível médio com técnico, buscando uma qualificação profissional,

e que os jovens que já concluíram o Ensino Médio, 5,3% e que não faziam faculdade, buscavam a qualificação profissional por meio desse curso.

A mudança da vida acadêmica para a vida profissional exige uma mão de obra qualificada, capaz de operar máquinas e atender às demandas crescentes do mercado de trabalho. Essa qualificação é predominantemente suprida pela iniciativa privada. Os debates sobre a continuidade da vida escolar são recorrentes, abordando a dualidade do ensino e a expansão das vagas no Ensino Médio Integrado a Formação Técnica na rede pública. O objetivo era democratizar o acesso à Educação Profissional, assegurando que todos pudessem ingressar no mercado de trabalho e se manter na escola.

Trata-se de uma questão cultural, diante deste aspecto, entende-se que essa valoração do emprego precoce acaba por intermediar um desaproveitamento de um dos períodos de maior importância para a formação de um cidadão crítico. Além disso, a necessidade de aliar trabalho ao estudo acaba por ocasionar por vezes o fracasso escolar, ou seja, ou a desistência de frequentar às instituições escolares ou a não-aprendizagem de conteúdo algum ao final do período de escolarização.

A Educação Profissional foi integrada ao sistema educacional através de políticas governamentais destinadas a atender às demandas do setor produtivo por mão de obra qualificada. As escolas técnicas federais, que evoluíram dos antigos Liceus de Artes e Ofícios inicialmente criados para órfãos e jovens de famílias menos favorecidas, passaram por transformações significativas. Em 1909, foram reconfiguradas como escolas de aprendizes e artífices e posteriormente como Liceus Profissionais, focando na formação profissional. O ensino profissional proporcionava aos estudantes habilidades direcionadas ao mercado de trabalho, embora não garantisse automaticamente continuidade nos estudos superiores.

É evidente que a mera frequência não basta, e que a qualidade do ensino precisa sofrer violentas melhorias para que se estabeleça uma relação de igualdade em relação ao sistema de ensino. Além desse aspecto, geralmente pais que começam a trabalhar precocemente, incentivam que os filhos sigam o mesmo caminho. Esse incentivo não ocorre simplesmente em virtude da questão cultural, mas a sua baixa escolarização não permitir a conquista de um emprego que forneça uma renda suficiente para a sobrevivência familiar.

A Educação Profissional integrada ao Ensino Médio se constitui, no século XXI, na reavaliação do ensino e no desenvolvimento de estratégias educacionais que possam enfrentar a dualidade estrutural do sistema de ensino que historicamente foi

implementado no Brasil (VIAMONTE, 2011). O Ensino Técnico proporciona ao estudante uma formação técnica, mas não garante o seu ingresso no mercado de trabalho. A falta de qualificação da população brasileira tem sido muito criticada e é amplamente conhecida entre os economistas. A relação entre qualificação do trabalhador e sua empregabilidade, ou seja, sua capacidade de estar apto a participar do mercado de trabalho, é comum entre os que estudam a relação emprego versus qualificação. A qualificação da mão-de-obra no Brasil é considerada prioritária no debate sobre desenvolvimento econômico.

A Educação Profissional sempre foi associada à formação de mão de obra, e uma espécie de salvadora para um desenvolvimento econômico do país, no entanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira nº 4.024/1961 e sua alteração nº 9396/1996 autorizou a Educação Profissional como uma forma do Ensino Médio. A LDB de 1996, traz no capítulo III que “a Educação Profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho”. (BRASIL, 1996). Em julho de 2004, o Decreto nº 5154 regulamenta e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, sendo:

§ 1º A articulação entre a Educação Profissional técnica de nível médio e o Ensino Médio dar-se-á de forma: I Integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno (BRASIL, 2004).

O que comprova isso são as mudanças e as expansões recentes do Ensino Médio integrado à formação técnica, principalmente nas Escolas Técnicas do Estado de São Paulo (ETEC) vinculadas ao Centro Paula Souza. O Centro Paula Souza (CPS), uma autarquia do Governo do Estado de São Paulo, oferece nas suas 228 Escolas Técnicas o Ensino Médio com habilitação técnica, com a seguinte característica:

São compostos de três séries anuais articuladas, com terminalidade correspondente às ocupações identificadas no mercado de trabalho. Ao completar as três séries, o aluno recebe o diploma de técnico que lhe dará o direito de exercer a habilitação profissional e de prosseguir os estudos no nível da educação superior (CEETEPS, 2020).

Essas alterações afetam diretamente a oferta de cursos disponibilizados pelo governo estadual e pela Secretaria Estadual de Educação, junto ao CPS, faz alterações nas matrizes curriculares, nas modalidades e nos cursos gradativamente ao longo dos anos, afim de oferecer aos jovens além da formação de nível médio, também a formação

técnicæ, consequentemente, facilitar sua entrada no mercado de trabalho.

O Ensino Técnico integrado ao médio é considerado uma oportunidade para os jovens que almejam, ainda enquanto cursam a Educação Básica, ter uma qualificação profissional que facilite sua inserção no mercado de trabalho, além de contribuir para o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Atualmente, a educação integrada é relevante porque capacita os jovens para entrarem rapidamente no mercado de trabalho, tornando esse tipo de ensino mais atrativo para eles e funcionando como uma forma de formação profissional (CIAVATTA, 2011). O Ensino Médio integrado à formação técnica oferece aos jovens uma via rápida para o ingresso no mercado de trabalho, sendo visto como uma oportunidade de melhorar a realidade social em que vivem. A pesquisa identificou vários esforços voltados para a expansão do Ensino Técnico, destacando iniciativas importantes como o programa federal Brasil Profissionalizado, criado pelo decreto nº 6.302/2007, e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), instituído pela Lei nº 12.513/2011.

Os efeitos do protagonismo na educação podem se manifestar na elevação dos indicadores de desenvolvimento humano e social em uma região, contrastando com as expectativas de grandes avanços atualmente atribuídas ao Brasil (LACERDA, 2008).

É importante destacar que as transformações no campo profissional tiveram um impacto significativo na sociedade contemporânea. A ampliação da escolarização tem proporcionado aos jovens acesso a ocupações mais qualificadas e tem fortalecido seu papel como cidadãos ativos na sociedade.

Já a interrupção da educação formal dos jovens logo após o término do ensino fundamental revela sua vulnerabilidade em um ambiente social onde as oportunidades são escassas e a exclusão é uma realidade palpável. A ausência de políticas públicas abrangentes para lidar com esses desafios contribui diretamente para altas taxas de evasão escolar e aumento das disparidades sociais.

O estudo contemporâneo de Caruso e Posthuma (2020), publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no Boletim nº 70, aborda a Conjuntura e Análise do Mercado de Trabalho, destacando a diversidade nas transições da juventude para a vida adulta e sua inserção no mercado de trabalho. O estudo revela que muitos jovens precisam conciliar suas atividades escolares com o trabalho. Uma situação ainda mais desafiadora é enfrentada por jovens mulheres que, ao experienciarem a maternidade precoce, dependem do suporte de creches públicas

para garantir o direito à educação básica enquanto conciliam estudos e trabalho. Contudo, a iniciação prematura no mercado de trabalho não demonstra exclusivamente “uma escolha, mas em uma imposição de sua origem social e do tipo de sociedade que se construiu no Brasil” (FRIGOTTO, 2004, p. 181).

Neste contexto, a presente pesquisa tem por objetivo, investigar como se dá a inserção do egresso do Ensino Médio integrado à formação técnica no mercado de trabalho e, para tanto, realiza um estudo de caso, considerando os concluintes desta modalidade de ensino da ETEC Professor Carmelino Corrêa Júnior.

O texto apresenta-se estruturado em Capítulos, incluindo esta Introdução. O Capítulo 2 trata da importância do jovem no mercado de trabalho, com destaque para a distribuição percentual de jovens empregados nos diferentes setores do mercado profissional. No Capítulo 3, faz-se uma breve exposição sobre a história do Ensino Profissional no Brasil. As políticas públicas voltadas à Educação Profissional são consideradas no Capítulo 4. No Capítulo 5 mostra-se a importância do Centro Paula Souza na oferta de vagas para o Ensino Médio integrado à formação técnica, o perfil da ETEC Professor Carmelino Corrêa Júnior e de seus alunos, e por fim, no Capítulo 6 foi feita uma pesquisa realizada com seus alunos, tanto os ingressantes quanto os egressos e a relação com o Ensino Médio integrado à formação técnica e sua inserção no mercado de trabalho.

A coleta de dados foi realizada com a aplicação de questionários. No total foram enviados para 151 alunos ingressantes e 95 alunos egressos. Desses, foram respondidos 89 alunos por alunos ingressantes e 62 alunos egressos. Concomitantemente, a pesquisa proposta busca verificar se esse tipo de ensino qualifica o jovem para o mercado de trabalho através de uma entrevista com cerca de 20 empregadores dos jovens cursantes, e se existem vagas de emprego suficientes para absorver essa nova mão de obra em uma economia que atravessa uma recessão ou baixo crescimento nos últimos anos, como apontam os dados econômicos como o PIB (Produto Interno Bruto), dos 20 enviados, 9 responderam a pesquisa.

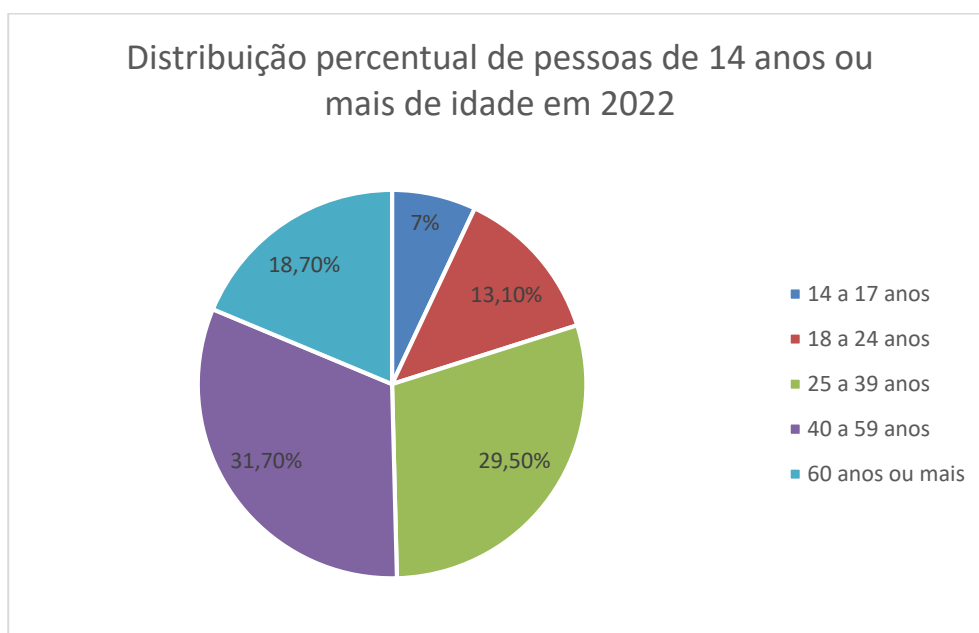
Espera-se, a partir da análise e implementação de técnicas estatísticas adequadas aos dados obtidos, apresentar um panorama para a cidade de Franca no que se refere à efetividade da política pública que contempla os cursos do Ensino Médio integrado sobre a inserção no mercado de trabalho. Alicerçado nos resultados alcançados, buscar-se-á apresentar contribuições a partir da proposição de mudanças ou adequações na modalidade de ensino investigada.

2. A IMPORTÂNCIA DO JOVEM NO MERCADO DE TRABALHO

O Brasil é considerado um dos países mais empreendedores do mundo. Nos últimos anos, o número de empreendedores por oportunidade ultrapassou o de empreendedores que abriram seus negócios por necessidade. Em 2023, o Brasil alcançou a marca de 90 milhões de empreendedores ou aspirantes a empreendedores, segundo a nova edição da pesquisa Monitor Global de Empreendedorismo (Global Entrepreneurship Monitor – GEM) 2023. O estudo foi realizado pelo SEBRAE em parceria com a Associação Nacional de Estudos em Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas (ANEGEPE). Desses 90 milhões, 42 milhões são adultos com idades entre 18 e 64 anos que já possuem um negócio ou realizaram alguma ação em 2023 com o objetivo de iniciar um empreendimento no futuro. Os 48 milhões restantes representam pessoas que ainda não têm um negócio, mas que desejam empreender nos próximos três anos.

A realidade social do Brasil demonstra que os brasileiros são inseridos no mercado de trabalho cada vez mais jovens. Segundo dados do Censo Demográfico do IBGE de 2023, no 3º trimestre de 2023, as pessoas de 14 a 17 anos de idade representavam 7,0% das pessoas em idade de trabalhar. Os jovens de 18 a 24 anos correspondiam a 13,10%. As maiores parcelas eram formadas pelos grupos de 25 a 39 anos, com 29,5% e de 40 a 59 anos com 31,7%. Os considerados idosos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para países em desenvolvimento, 60 anos ou mais de idade, representavam 18,7%, conforme o gráfico abaixo demonstra.

Figura 1 – Distribuição percentual de pessoas de 14 anos ou mais de idade em 2022.



Fonte: IBGE (2023)

Em números absolutos, os jovens de 14 a 24 anos, correspondem a mais de 20% da força de trabalho existente.

Por outro lado, segundo a pesquisa “Sobrevivência das Empresas 2020” realizado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), trouxe informações sobre o fechamento de negócios em 2020. O Microempreendedor Individual (MEI) é o que apresenta a maior taxa de mortalidade de negócios em até cinco anos. O levantamento apontou taxa de 29% dessa área de negócio, seguido das microempresas, 21,6%, e as de pequeno porte 17%.

Diante desse contexto, questiona-se: quais são os fatores que explicam esse índice de falência das empresas? A pesquisa do SEBRAE sobre o assunto chegou à conclusão de que os dois principais motivos para o fechamento das empresas foram: 41% dos empresários afirmaram que a pandemia foi o fator determinante para o fechamento da empresa, e cerca de 20% a falta de mão de obra qualificada atrapalhou o andamento dos negócios.

Diversos negócios e setores têm se arriscado sem saber, por exemplo, como elaborar um planejamento estratégico e um fluxo de caixa, ou mesmo operar uma máquina na linha de produção ou as características do mercado que pretende atuar. Algumas decisões das empresas nascentes são subordinadas às questões familiares, ou seja, não às necessidades empresariais. Sendo assim, parece haver uma deficiência de formação técnica e dos empresários brasileiros.

Diante disso, pode-se dizer que o ensino profissionalizante é necessário e fundamental, e não se restringe ao conteúdo, mas também às técnicas, habilidades, atitudes, comportamentos e ações dos estudantes.

É neste contexto da relação entre Educação Profissional e mercado de trabalho se constitui num dos elementos propositores do crescimento económico de um país. Melhor elucidando, a inserção do jovem no mercado de trabalho através de cursos profissionalizantes auxiliariam no crescimento das empresas e consequentemente em um futuro mais próspero para o país.

O Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014 à 2024 estabelece como diretrizes a universalização do acesso à educação nas escolas, a melhoria constante da qualidade educacional e a preparação dos alunos para o mercado de trabalho. Uma das principais abordagens é para alcançar esses objetivos é a expansão das matrículas no Ensino Médio integrado à Educação Profissional, visando ampliar a oferta e a relevância dessa modalidade educacional.

O currículo integrado propõe reunir conhecimentos provenientes das ciências e tecnologias, buscando aprimorar competências e habilidades ao conectar diferentes áreas do saber. Essa abordagem visa proporcionar aos estudantes a capacidade de aplicar fundamentos em contextos diversos, preparando-os para contribuir efetivamente na busca por soluções relevantes em suas áreas de atuação futuras.

O estudo detalhado do perfil necessário ao mercado de trabalho, que regulam as habilitações técnicas capacitará os professores com informações essenciais sobre o perfil profissional almejado, com as competências necessárias e as habilidades requeridas. Esses conhecimentos são fundamentais para embasar a construção didático-pedagógica do ensino, garantindo uma abordagem educacional sólida e eficaz.

Segundo Cellard (2008), “a análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros” (CELLARD 2008).

A Educação Profissional não apenas aprimora as habilidades técnicas de um indivíduo, mas também o transforma em diversos aspectos pessoais, contribuindo significativamente para seu desenvolvimento como cidadão ativo na sociedade. Ao cultivar autonomia, senso crítico, responsabilidade e organização, entre outras competências essenciais, essa formação prepara o indivíduo para enfrentar os desafios e demandas da vida contemporânea de maneira eficaz e proativa.

O Centro Paula Souza (CPS), vinculado à Secretaria de Ciência, Tecnologia e

Inovação, é uma instituição de destaque no Estado de São Paulo. Está presente em 345 municípios e administra 228 Escolas Técnicas (ETECs), 78 Faculdades de Tecnologia (FATECS) estaduais e 468 Classes Descentralizadas, que são ligadas a uma ETEC.

Atualmente, o CPS conta com mais de 317 mil alunos matriculados. Nas ETECs, mais de 226 mil estudantes estão matriculados Ensinos Técnico, Integrado, Médio e Especialização Técnica, incluindo habilitações nas modalidades presencial, semipresencial e online. As ETECs oferecem um total de 237 cursos, voltados para diversos setores produtivos, tanto públicos quanto privados.

Um estudo feito em 2023 pela Subsecretaria de Estatísticas e Estudo do Trabalho, do Ministério do Trabalho e emprego, revelou que dos 207 milhões de brasileiros, 17% são jovens de 14 a 24 anos, dos quais, 45% estão empregados, mostrando a importância dessa faixa etária no total de força de trabalho do país.

Já uma pesquisa realizada pelo Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) mostrou que em 2023, quando consideradas as ocupações, 86% dos jovens de 14 a 24 anos tinham ocupações pouco desafiadoras como vendedores por telefone, vendedores, operários da construção, condutores de motocicletas, cuidadores de animais e ajudantes de cozinha, entre outros. e 14% dos jovens ocupados tinham ocupações que envolviam atividades técnicas, da cultura ou da informática e comunicações. O ponto em comum foi a informalidade, condição que abarca com 51% das mulheres e 56% dos pretos e pardos na informalidade.

Os dados associados a tais pesquisas revelam que as ocupações mais comuns envolvem cerca de 1,3 milhão de jovens, incluindo vendedores por telefone, operários da construção, condutores de motocicletas, cuidadores de animais e ajudantes de cozinha, entre outros. Além disso, mais de 300 mil jovens estão envolvidos em ocupações técnicas, culturais, de informática, comunicação e outras áreas, com um aumento significativo registrado entre 2020 e 2022.

Em 2022, aproximadamente 500 mil aprendizes, com idades entre 14 e 24 anos, estavam ativos, sendo que 57% estavam na faixa etária de 14 a 17 anos e 42% tinham entre 18 e 24 anos. A maioria desses aprendizes, representada por cerca de 86%, trabalhava nas 15 ocupações mais comuns. Além disso, havia 642 mil estagiários, com 70% deles atuando em órgãos do Executivo e Legislativo de estados e municípios.

Segundo o estudo da Subsecretária de Estatísticas e Estudos do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Brasil possui uma população de 35 milhões de jovens entre 14 e 24 anos. No entanto, é evidente, especialmente entre aqueles

empregados ou desempregados que já ingressaram no mercado de trabalho, que muitos ainda não concluíram o Ensino Médio.

Esse ponto é credencial e fundamental para acessar empregos de melhor qualidade ou para ingressar em cursos que ofereçam um conhecimento mais profundo e habilidades que são essenciais para obter posições melhores. O estudo destacou que apenas 14% das ocupações ocupadas por jovens possuem essas características, que não só facilitam a transição para empregos melhores, mas também oferecem uma perspectiva de futuro mais promissora.

Um dos objetivos do estudo é sensibilizar toda a sociedade, incluindo professores, empregadores e os próprios jovens, sobre a importância da Educação Profissional nesse processo.

Entre outras, as pesquisas retratadas previamente reforçam a importância de fortalecer a formação e a qualificação dos jovens, visando melhorar a qualidade da educação e sua importância no mercado de trabalho. Isso inclui criar condições e incentivos para que permaneçam na escola, além de oferecer programas de qualificação e reciclagem para aqueles que não receberam uma formação adequada inicialmente.

3. A HISTÓRIA DO ENSINO PROFISSIONAL NO BRASIL

Assim como o direito à educação, o direito ao trabalho é visto como um elemento para que o homem seja capaz de viver uma vida digna.

De acordo com Miraglia (2009, p. 149) traz: O Direito do Trabalho, enquanto direito social fundamental, pode ser compreendido sob dois aspectos. No que cinge ao direito ao trabalho, tem-se o direito individual subjetivo de todo homem de acesso ao mercado de trabalho e à capacidade de prover a si mesmo e à sua família, mediante seu próprio trabalho, que deve ser digno

Em relação ao Direito do Trabalho, no sentido estrito, é um ramo do direito social e coletivo que visa proteger um grupo específico — os trabalhadores — devido à sua condição de desigualdade. Estabelece o “nível mínimo de civilização” necessário para uma vida digna, fundamentado na igualdade substancial e na dignidade da pessoa humana.

No que tange à dignidade da pessoa humana é possível afirmar a existência de duas dimensões: individual e social. O aspecto individual alude à integridade física e mental do indivíduo está ligada às liberdades negativas dos direitos fundamentais de primeira geração.

A dignidade social diz respeito à definição do ser humano como parte integrante da sociedade e está profundamente relacionada às liberdades positivas e à igualdade substancial, conforme estabelecido pelos direitos fundamentais de segunda e terceira geração. Além disso, baseia-se no princípio do mínimo existencial, que deve ser garantido a todas as pessoas.

Ambas as características são interdependentes e se completam para formatar a concepção correta da dignidade da pessoa humana. Isso porque não há que se falar em direito à vida ou à liberdade sem que se garanta o acesso de todos à saúde, à educação e ao trabalho. E, também, não se pode falar em direito ao trabalho e à educação sem se afirmar o direito à vida e à liberdade

Tratando sobre essas duas dimensões, Miraglia (2009) explana melhor sobre cada uma dessas: O aspecto individual refere-se à integridade física e mental do indivíduo e está associada às liberdades negativas dos direitos fundamentais de primeira geração.

A dignidade social refere-se ao reconhecimento do indivíduo como parte integrante de uma sociedade e está profundamente conectada às liberdades positivas e à igualdade substancial, conforme previsto pelos direitos fundamentais das gerações

subsequentes.

Ademais, funda-se no parâmetro do domínio existencial a ser assegurado a todas as pessoas. Nota-se que ambas as dimensões se complementam, já que são essenciais para que haja a efetivação da dignidade humana.

Dessa forma, observa-se que a vida apenas se torna digna no momento em que existem as duas dimensões, sendo que essas devem se apresentar como interdependentes e devem estar conjugadas.

Simplificando, pode-se afirmar que o direito ao trabalho somente estará em consonância com o princípio da dignidade humana quando o homem sente que seu trabalho o satisfaz como indivíduo e também, tem importância para a coletividade.

A história da Educação Profissional está intimamente ligada à própria evolução do trabalho, começando quando o ser humano deixa de ser apenas um coletor e começa a moldar a natureza para atender às suas necessidades.

A educação surge como necessidade direta à sobrevivência, pois é através dela que os conhecimentos adquiridos através da observação prática do ensino-aprendizagem são apropriados pelas novas gerações. Segundo Saviani (2007,p. 154), o trabalho e a educação são atividades exclusivamente humanas, mas não são inatas; são atributos desenvolvidos pelo próprio ser humano. O trabalho desempenha um papel fundamental nesse processo de construção da humanidade. Assim, sendo o trabalho um processo essencialmente educativo, ele está intrinsecamente ligado à humanização, tornando trabalho e educação elementos que se complementam.

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto de trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo. (SAVIANI,2007, p. 154).

A divisão entre educação e trabalho surge da própria estratificação da sociedade em classes, onde os proprietários de terra têm o poder de troca e vivem do trabalho alheio, permitindo-se o luxo do ócio contemplativo, como Aristóteles denominava. Essa separação resulta em modalidades distintas de educação: uma destinada aos filhos dos proprietários, focada no letramento, atividades intelectuais ou militares; e outra para os filhos dos não proprietários, essencialmente voltada para assegurar a continuidade da

atividade produtiva, ou seja, o trabalho. A educação para os filhos dos proprietários se consolidou na forma de escola, etimologicamente conhecida como "lugar do ócio". Antes dessa divisão de classes, não havia distinção clara no modelo educacional oferecido.

A Educação Profissional ganha contornos mais definidos durante a Revolução Industrial, quando a crescente demanda por produção impulsionou a necessidade de mão de obra especializada, inicialmente sem um foco explícito na formação humana integral. Isso reforça novamente a dualidade entre trabalho manual e intelectual, uma marca histórica que perdura.

Ao longo da história, a interação entre trabalho e educação sempre foi moldada pelo sistema de produção dominante. Esse fator determinante, dirigido pelas classes privilegiadas, frequentemente encontrou maneiras de justificar as disparidades por meio de ideologias que mantinham a ordem social estabelecida. Em muitos casos, a própria instituição escolar atuou como um mecanismo de reprodução ideológica.

Historicamente, o acesso ao conhecimento parece ter sido um privilégio exclusivo das classes dominantes, enquanto as classes desfavorecidas foram muitas vezes relegadas a papéis que exigiam apenas força física, como braços, pernas e músculos, transformando seu único recurso em uma mercadoria negociável.

Embora o Brasil colonial já contasse com artífices, mecânicos e tecelões que compartilhavam conhecimentos de maneira simples e informal, Ramos (2011, p. 3) afirma que não existem evidências de uma Educação Profissional organizada de forma sistemática até o século XIX. O que predominava era um modelo educacional propedêutico voltado para os filhos da elite.

A partir do ciclo do ouro, foram estabelecidas as casas de fundição e de moeda, onde o ensino era exclusivamente voltado para homens brancos. Isso contrastava com a educação recebida pelos escravos nos engenhos. Nas casas de fundição, os indivíduos precisavam demonstrar suas habilidades diante de uma banca examinadora para obter certificação.

Durante o período colonial no Brasil, no século XVI, os primeiros registros de formação profissional envolviam os índios e os escravos, que aprendiam os ofícios da época. O país experimentou um crescimento urbano significativo ao longo dos anos, com o estabelecimento de cidades, fábricas e comércios. No entanto, por volta de 1785, foi promulgado um alvará que proibiu a operação de fábricas, o que resultou em uma estagnação no desenvolvimento tecnológico do Brasil.

A partir de 1800, foram estabelecidos centros de aprendizagem de ofícios

manufatureiros voltados para a população carente. Crianças e jovens de famílias pobres eram direcionados a esses locais, onde recebiam instrução básica além de serem treinados em diversos ofícios, como tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, entre outros.

Os primeiros passos em direção a um processo educacional sistemático começaram em 1809, quando o Príncipe Regente, futuro D. João VI, estabeleceu o Colégio das Fábricas. Este marco foi precedido pelo Alvará joanino de 1º de abril de 1808, que permitiu a livre instalação de fábricas e manufaturas no Brasil, revogando a proibição vigente desde 1785. Essas medidas foram impulsionadas pela mudança da sede do Reino para o Rio de Janeiro e pelas crescentes relações comerciais com a Inglaterra, então em pleno processo de industrialização.

Além da criação do Colégio das Fábricas, outras iniciativas significativas foram tomadas, como a formação de uma companhia de artífices no Arsenal Real do exército, a introdução do ensino da Impressão em 1811, e a emissão da Carta Régia de 1812 que determinou a criação de uma escola para serralheiros, oficiais de lima e espingardeiros para a fabricação de fechos de armas (CASTANHO, 2009, p.27). Além disso, a chegada da Missão Francesa em 1816 e a fundação do Seminário dos Órfãos da Bahia em 1819 também contribuíram significativamente para o avanço educacional e técnico no Brasil.

Após a Independência, em 1826, foi promulgada a primeira lei sobre o ensino de ofícios no Brasil. Em 1832, um decreto imperial estabeleceu oficialmente a educação profissional nos Arsenais da Marinha e de Guerra.

Entre 1840 e 1865, diversas instituições de Educação Profissional foram implementadas, incluindo as Casas de Educandos Artífices, com o propósito de auxiliar aqueles menos favorecidos e evitar a aceitação apenas com base em critérios normativos, visando prevenir a ociosidade e a criminalidade.

A integração entre a educação geral e a Educação Profissional encontra suas raízes nas críticas à concepção burguesa de educação, que surgiram durante as lutas do proletariado contra diversas formas de exploração no século XIX. Nesse sentido, a combinação do Ensino Técnico com o Ensino Médio não apenas oferece aos jovens a oportunidade de inserção social e estabilidade econômica, mas também representa uma abordagem educacional que transcende as barreiras disciplinares. Isso se revela crucial para o desenvolvimento pessoal dos jovens e para a transformação da realidade social na qual estão imersos.

Em meados de 1852, o então vereador Manuel Araújo de Porto Alegre propôs um

projeto com o objetivo de fundar um estabelecimento de ofícios que não considerasse a origem social dos alunos. No entanto, o projeto não foi adiante, a cultura da época associava fortemente o trabalho manual à escravidão, o que tornava as escolas de ofícios locais inadequados para os filhos das classes dominantes, algo semelhante à situação de imaginar um filho de família rica frequentando uma escola pública.

Em setembro de 1909, o presidente Nilo Peçanha assinou o Decreto 7.566, que estabeleceu 19 escolas de Aprendizes Artífices mantidas pela União em diversos estados. Essas escolas tinham o propósito de formar operários, artífices e contramestres através de ensino prático e conhecimentos técnicos. Apesar de destinadas aos pobres e humildes, as escolas também tinham um objetivo econômico claro: atender às crescentes necessidades do desenvolvimento industrial e da urbanização do país.

A dicotomia entre educação focada na intelectualidade e na formação para o trabalho se manifesta claramente na divisão administrativa entre o ensino básico, sob responsabilidade do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e o ensino profissional, gerido pelo Ministério de Indústria e Comércio. Em 1930, as escolas de Aprendizes Artífices foram transferidas para a gestão do Ministério da Educação e Saúde Pública.

Nas décadas de 1920 e 1930, grupos de educadores defenderam a universalização da educação, propondo uma "reconstrução da educação no Brasil". O Manifesto dos Pioneiros foi o pioneiro nesse chamado por mudanças no sistema educacional vigente. Com a revolução burguesa no Brasil em 1930 e o início da industrialização, a percepção da Educação Profissional mudou significativamente. As escolas deixaram de ser vistas apenas como assistencialistas e passaram a ser reconhecidas como essenciais para suprir a demanda por mão de obra qualificada na produção industrial. Isso resultou em uma expansão do ensino profissional, agora acessível tanto às camadas mais privilegiadas quanto às mais desfavorecidas da sociedade.

Em 1937, as Escolas de Aprendizes e Artífices passam a ser chamadas de Liceus Industriais devido a nova constituição.

Na década de 1940, a ineficácia do Estado na formação de mão de obra levou à transferência dessa responsabilidade para a indústria e o comércio. Nesse contexto, surgiu o chamado sistema S, com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em 1942. Em 1946, foram estabelecidos o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Social da Indústria (SESI). Simultaneamente, a Lei Orgânica da Educação Nacional foi promulgada, abrangendo o Ensino Primário, Normal e Agrícola.

Em 1959, foram criadas as Escolas Técnicas Federais (EITs), que se tornaram autarquias com autonomia em sua gestão e currículo. O decreto e a Lei nº 4.024/61, que definiram as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, representaram um progresso significativo ao equiparar a Educação Profissional ao ensino acadêmico, superando a ideia de que a formação profissional era privilégio das classes mais abastadas. Essa equiparação também possibilitou que estudantes dessa modalidade tivessem acesso ao ensino superior. Contudo, é importante ressaltar que esse avanço foi, em grande parte, apenas formal, haja vista que:

[...] os currículos se encarregavam de mantê-la, uma vez que a vertente do ensino voltada para a continuidade de estudos em nível superior e, portanto, destinada às elites, continuava privilegiando os conteúdos que eram exigidos nos processos seletivos de acesso à educação superior, ou seja, ciências, as letras e as artes. Enquanto isso nos cursos profissionalizantes, esses conteúdos eram reduzidos em favor das necessidades imediatas do mundo do trabalho. (BRASIL, 2007).

A Lei Federal nº 5.692, de 1971, priorizou a qualificação para o trabalho, reconhecendo a necessidade urgente de formar técnicos e promovendo a integração da profissionalização no Ensino Médio de forma ampla. No entanto, a obrigatoriedade dessa profissionalização pode, em certa medida, diminuir o valor do ensino técnico ao fazer com que a escola de Ensino Médio se concentre na formação de mão de obra qualificada, possivelmente em detrimento dos objetivos educacionais mais amplos. Isso pode ser visto como uma tentativa implícita de diminuir o número de estudantes que optam pelo ensino superior. Esse cenário permaneceu até 1982, quando a Lei nº 7.044 modificou diversos aspectos da Lei nº 5.692/71, especialmente no que diz respeito à obrigatoriedade da Educação Profissionalizante no Ensino Médio.

Iniciado em 1978 o processo de cefetização, que transformou as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET). Inicialmente, esses centros tinham como objetivo pioneiro a formação de engenheiros de operação e tecnólogos. Esse processo se estendeu ao longo das décadas de 80 e 90.

Em 1986, apesar das dificuldades econômicas, o governo Sarney lançou o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (PROTEC). Com financiamento de empréstimos do Banco Mundial, o programa visava estabelecer 200 novas escolas técnicas e agrotécnicas. Embora esses investimentos fossem justificados pela necessidade de fortalecer o Ensino Técnico, também revelavam as limitações de um modelo econômico dependente, que impedia o avanço técnico e científico nacional..

O governo de Fernando Henrique Cardoso é caracterizado pela adaptação das políticas educacionais às demandas do mercado financeiro. As reformas educacionais desse período foram fortemente influenciadas pelos avanços tecnológicos. A Lei Federal nº 9.394/96, atualmente conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), organiza a educação em dois níveis: educação básica e educação superior, excluindo explicitamente a Educação Profissional de ambas, consolidando claramente a dualidade no sistema educacional.

Com o Decreto nº 2.208 de 1997, que regula a Educação Profissional e a distingue do Ensino Médio. Com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino, foi criado também o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), que resultou na maior parte da Educação Profissional sendo oferecida pelo setor privado.

Durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a Educação Profissional técnica de nível médio passou a receber uma atenção renovada com a implementação de políticas que visavam a integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional. Entre essas políticas, destacam-se o Decreto 5.154/2004 e o Programa Brasil Profissionalizado, ambos essenciais para a modernização e expansão da Educação Técnica no Brasil. Esse decreto assinado em julho de 2004, marcou uma mudança significativa ao estabelecer um novo marco regulatório para a Educação Profissional técnica de nível médio. Este decreto rompeu com a histórica impossibilidade de financiamento federal para a Educação Profissional e estabeleceu diretrizes para a integração dos cursos técnicos ao Ensino Médio.

A partir desse decreto foram incluídas a criação de um modelo curricular integrado e a autorização para que a União financiasse diretamente a Educação Profissional técnica de nível médio. Este novo modelo visava promover uma Educação Técnica de qualidade, com ênfase na integração da teoria com a prática e a criação de um currículo que atendessem às demandas do mercado de trabalho.

Em 2005, foi lançado o Programa Brasil Profissionalizado, que buscava ampliar significativamente a oferta de cursos técnicos e modernizar a infraestrutura das escolas técnicas em todo o país. O programa expandiu as matrículas em cursos técnicos, focou na modernização das redes de ensino e estabeleceu parcerias entre o governo federal e os governos estaduais para promover uma Educação Técnica mais acessível e eficaz.

O Programa Brasil Profissionalizado também foi marcado por sua abordagem colaborativa, envolvendo os governos federal e estaduais na implementação de políticas educacionais que visavam expandir a oferta de cursos técnicos e melhorar a qualidade da

Educação Profissional. No entanto, a execução do programa enfrentou desafios relacionados ao financiamento e à qualidade dos cursos oferecidos.

Essas políticas representaram um passo importante na reconstrução da Educação Profissional no Brasil, buscando superar as barreiras históricas e promover uma Educação Técnica inclusiva e de qualidade para todos.

Atualmente, um novo documento está em discussão com o objetivo de revisar as diretrizes curriculares para a Educação Profissional técnica de nível médio. Este debate é um reflexo das críticas ao modelo atual, que continua a ser moldado pela influência do mercado e pela dualidade entre trabalho e educação.

A Educação Profissional no Brasil é um ciclo dinâmico no qual as iniciativas governamentais moldam a estrutura, a qualidade e o alcance da formação técnica e tecnológica. A história mostra um progresso gradual com as políticas públicas que evoluem em decorrência de atender às novas demandas econômicas e sociais. As políticas públicas têm desempenhado um papel crucial na expansão do acesso à Educação Profissional, na definição de currículos e na garantia de qualidade, enquanto os desafios atuais e futuros incluem a necessidade de atualizar currículos, melhorar a acessibilidade e garantir uma formação que atenda às novas demandas do mercado de trabalho.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

As políticas públicas, de uma forma bem simples de definição seria as ações promovidas pelo estado a fim de solucionar um problema coletivo. Não há uma única definição que seja considerada a melhor para política pública. Mead (1995) descreve-a como um campo dentro do estudo político que examina o governo sob a perspectiva de questões públicas relevantes. Lynn (1980) a define como um conjunto de ações governamentais destinadas a gerar efeitos específicos. Da mesma forma, Peters (1986) argumenta que política pública é a soma das atividades dos governos, que atuam diretamente ou por meio de delegação, e que impactam a vida dos cidadãos. Dye (1984) resume a definição de política pública como "o que o governo decide fazer ou não fazer". A definição mais reconhecida, no entanto, é a de Laswell, que afirma que decisões e análises sobre política pública devem responder às questões: quem ganha o quê, por que e qual a importância disso.

Mas dentre os conceitos de políticas públicas, para o estudo deste trabalho podemos enquadrar como política pública sendo as decisões públicas, orientadas a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Toda política pública deve passar pela formação da agenda, ou seja, a discussão do problema que origina a elaboração da política pública, depois é necessário a formulação da política, ou seja, qual será o caminho da solução do problema originário, que após será implementado e executado.

Mas de fato, os políticos, as escolas e os educadores têm se preocupado com o jovem e a sua inserção ao mercado de trabalho na formulação das políticas públicas?

Em 1906, é iniciado o Ensino Técnico no Brasil, pelo então Presidente Nilo Peçanha, por meio do Decreto nº 787. Esse decreto marcou a inauguração de quatro escolas profissionalizantes, sendo que três delas tinham como objetivo o ensino de ofícios, enquanto a quarta era destinada ao aprendizado agrícola. No mesmo ano, foi consolidado o Ensino Técnico industrial, com a realização do Congresso de Instrução, com um projeto de promoção do ensino industrial, agrícola e comercial apresentado ao Congresso Nacional. O projeto incluía a implementação de áreas e oficinas escolares onde os alunos dos ginásios poderiam ser treinados como aprendizes no uso de ferramentas de trabalho..

No ano de 1909 o Presidente Peçanha assina o Decreto nº 7.566 no dia 23 de setembro, que obrigava os estados a manterem por meio do Ministério da Agricultura,

Indústria e Comércio, foi criada uma Escola de Aprendizes Artífices, destinada ao ensino profissional básico e gratuito. Nesse mesmo ano, foram fundadas 19 Escolas com este perfil, oferecendo educação profissional gratuita às camadas menos favorecidas da população. Essas instituições podem ser consideradas predecessoras das atuais Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

É relevante discutir a trajetória da Educação Profissional e suas interações com os contextos econômicos, políticos e sociais ao longo dos séculos. Conforme apontado por Cunha (2005), historicamente, o ensino dos ofícios era ministrado fora da escola, era conduzido nos próprios locais de trabalho, como fábricas e arsenais militares. Apenas em 1909 surgiram as primeiras escolas federais voltadas à formação de aprendizes artífices, marcando uma fase assistencialista com o objetivo de educar e preparar os menos privilegiados para o mercado de trabalho, impulsionada pelo crescimento industrial da época.

Dessa forma, a formação profissional surge pela primeira vez como uma política pública com um enfoque moralizador, visando à construção do caráter através do trabalho (KUENZER, 2000).

Essa integração não se limita à fusão da teoria com a prática, do trabalho intelectual com o manual, ou da Educação Técnica com a educação comum. Ela representa um avanço conceitual que concretiza uma proposta pedagógica progressista, direcionada à preparação dos jovens para o mercado de trabalho em uma sociedade capitalista.

No início do século XIX, a economia de São Paulo era predominantemente voltada para a cultura do café, o que impulsionou a expansão da malha ferroviária necessária para transportar a safra até o porto de Santos para exportação. A capital e as principais cidades envolvidas no ciclo do café precisavam de diversos serviços e profissionais para apoiar a produção. Para suprir as necessidades geradas pelo crescimento econômico e o fenômeno da industrialização, foram fundadas, em 1911, as primeiras escolas destinadas a atender essas demandas.

Em São Paulo, no bairro operário do Brás, iniciam suas atividades a "Escola Profissional Masculina", atualmente conhecida como ETEC Getúlio Vargas, e a "Escola Profissional Feminina", hoje ETEC Carlos de Campos. A primeira foi criada para ensinar "artes industriais" aos homens, enquanto a segunda focava em "economia doméstica e prendas manuais" para as mulheres, servindo como modelos para outras instituições. Também foram estabelecidos dois institutos no interior do estado: a "Escola Profissional de Artes e Ofícios de Amparo", hoje ETEC João Belarmino, e a ETEC Cônego José

Bento, em Jacareí, com o objetivo de oferecer formação nas profissões mais adequadas às necessidades industriais das respectivas regiões.

No cenário histórico da década de 1930, emergiu a necessidade premente de capacitar a mão de obra local diante da supremacia da força de trabalho estrangeira. Isso exigiu a formação de trabalhadores aptos a operar equipamentos que acompanhavam as transformações nos processos produtivos. Consequentemente, a Educação Profissional teve que ser reavaliada, deixando para trás a concepção inicial que a destinava apenas aos desfavorecidos, órfãos, delinquentes e abandonados.

Conforme apontado por Cunha (2005), essa necessidade de formação profissional no Brasil durante o período do Estado Novo foi impulsionada pela meta governamental de industrialização. Esse contexto levou à inclusão da formação profissional como tema central nas discussões sobre qualificação da força de trabalho, culminando na Constituição outorgada em 1937, que destacou a necessidade de indústrias e sindicatos estabelecerem escolas vinculadas às suas áreas de especialização. Assim, foram fundadas instituições voltadas para a classe baixa, como escolas pré-vocacionais e profissionais, destinadas aos segmentos menos favorecidos. Estas instituições, com o apoio das indústrias e sindicatos, tinham a missão de criar, dentro de suas áreas de atuação, escolas de aprendizes voltadas para os filhos de operários e associados.

Em síntese, a integração entre educação geral e Educação Profissional transcende as críticas à educação tradicional burguesa e responde às exigências socioeconômicas. Essa abordagem oferece aos jovens não apenas habilidades técnicas, mas também uma compreensão abrangente da sociedade, preparando-os para uma participação ativa no mercado de trabalho e uma contribuição efetiva para a transformação social.

Com base nas análises de Cunha (2005, p. 582), um marco significativo ocorreu quando, pela primeira vez no Brasil, o Estado atribuiu às empresas industriais a responsabilidade de formar seus aprendizes de maneira sistemática, por meio de instituições educacionais. Isso aconteceu em meio às mudanças promovidas pela Constituição de 1937. Em 13 de janeiro desse mesmo ano, foi promulgada a Lei nº 378, que reformulou as Escolas de Aprendizes e Artífices, transformando-as nos Liceus Profissionais, voltados para o ensino profissional em diversas áreas e níveis. Essa mudança desencadeou uma série de colaborações entre o governo e instituições como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), culminando na criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

O momento crucial, como ressaltado por Cunha (2005), veio com o Decreto nº 4.078, datado de 30 de janeiro de 1942. Esse decreto, ao transformar a modalidade de ensino profissional em Ensino Médio, representou uma mudança inovadora. Nesse contexto, as novas escolas industriais passaram a exigir, para admissão, aptidão para a área e aprovação em exame. Esse novo enfoque se contrapôs à antiga ideologia das escolas de aprendizes e artífices.

Em paralelo, o setor comercial também empreendeu esforços para aprimorar o ensino voltado para essa área. Em 1943, foi regulamentada a aprendizagem comercial, levando à criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e do Serviço Social do Comércio (SESC). No ano de 1946, foi publicado o Decreto-Lei Nº 9.403 que criou pode-se citar a criação do Serviço Social da Indústria (SESI) e que as empresas industriais e comerciais deveriam oferecer formação profissional aos trabalhadores jovens, sempre respeitando os direitos dos educadores.

Essas reformas no ensino profissional tiveram como pano de fundo os conflitos políticos na Europa, que era um parceiro comercial crucial para o Brasil na época. Diante das dificuldades em importar insumos e energia para acompanhar o crescimento industrial, optou-se pela otimização do processo produtivo. Isso, por sua vez, demandava profissionais qualificados para implementar estratégias de gestão e práticas de trabalho baseadas no taylorismo.

Em 1953, pela Lei da Equivalência, Nº 1.821, Art. 3º, inciso I, cita que:

I - proceder aos estudos necessários para estabelecer geral regime de equivalência entre os diversos cursos de grau médio a fim de possibilitar maior liberdade de movimento de um para outro ramo desse ensino e de facilitar a continuação de seus estudos em grau superior;

Foi estabelecido que os graduados dos cursos técnicos teriam o direito de ingressar em instituições de ensino superior. No entanto, apesar da formalização dos cursos técnicos e sua integração com o ensino médio, os resultados obtidos não corresponderam às expectativas.

No final dos anos 1960, a conjuntura econômica brasileira impulsionou a necessidade de formação técnica de nível médio para atender às expectativas de crescimento industrial. Cunha (2005) destaca a insatisfação dos estudantes quanto à falta de perspectivas após a conclusão do ensino profissional, pois buscavam continuidade nos estudos e ascensão social.

Portanto, essa linha do tempo histórica ilustra como as mudanças na legislação e

nas políticas de ensino profissional no Brasil foram moldadas por fatores econômicos, políticos e sociais, adaptando-se às demandas do mercado de trabalho e à busca por um desenvolvimento educacional mais abrangente.

Em 1961, foi sancionada a Lei nº 4.024/61, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. No Título IV, "Da Administração do Ensino", o Art. 9º, parágrafo 2º, determina que o Conselho Federal de Educação deve deliberar sobre as diretrizes curriculares sugeridas pelo Ministério da Educação e do Desporto para os cursos de graduação (Brasil, 1961). Essa foi a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que possibilitou que os graduados em cursos profissionais prosseguissem seus estudos no ensino superior.

Kuenzer e Grabowski (2006) destacam a importância da igualdade total entre os cursos profissionais e os cursos propedêuticos, permitindo o prosseguimento nos estudos. No entanto, eles ressaltam que, apesar dos avanços significativos na Educação Profissional, ainda persistia uma dualidade estrutural evidente, onde diferentes modalidades de ensino visavam a qualificação para o trabalho.

Na jornada para atender essa demanda, e após o golpe do ano de 1964, a educação brasileira passou por transformações, e um marco significativo ocorreu em 11 de agosto de 1971, com a promulgação da Lei nº 5.692, conhecida como Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º Graus. Esta legislação estabeleceu a profissionalização universal e compulsória no ensino de 2º grau. No entanto, a implementação dessa universalização não se deu de maneira uniforme nos sistemas educacionais, resultando em consequências tanto para as perspectivas de inserção no mercado de trabalho quanto para as atividades profissionais de nível superior.

Nesse contexto, o governo se deparou com o desafio de adaptar os ambientes escolares para acomodar práticas profissionais, com o intuito de aprimorar e desenvolver habilidades técnicas. Essa tarefa era agravada pela falta de professores devidamente qualificados para ministrar as disciplinas específicas dessa nova abordagem.

No entanto, a euforia econômica projetada revelou-se efêmera, à medida que o país enfrentou a escalada da inflação. A iniciativa privada não conseguiu efetivar plenamente o projeto educacional proposto. Essas adversidades culminaram em uma consulta ao Conselho Federal da Educação sobre a viabilidade de universalizar o ensino secundário. O Parecer nº 76/75 refletiu uma divergência quanto à transformação de todas as escolas de 2º grau em escolas técnicas.

Em 30 de junho de 1978, a Lei Nº 6.545, Art. 1º, transformou as Escolas Técnicas

Federais do Paraná, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETS). Posteriormente, em 1982, a Lei Nº 7.044/82, Art. 2º, revogou a antiga Lei nº 5.692/71. Esta nova legislação assegurou aos alunos então matriculados no ensino de segundo grau o direito de concluir seus estudos na forma pela qual os iniciaram. Essa mudança retirou a obrigatoriedade de os estudantes concluírem o Ensino Médio com uma formação técnica específica, tornando essa escolha opcional.

Com base nos registros de Cunha (2005), o relatório do Banco Mundial de 1989 destacava os custos anuais por aluno como um ponto crucial. Enquanto nas escolas estaduais esses custos eram de 250 dólares, nas escolas técnicas o valor aumentava significativamente para 1.700 dólares. Além disso, em termos de alcance educacional, as escolas federais atendiam a uma quantidade considerada inexpressiva, representando aproximadamente 2% dos alunos matriculados.

Visando reintegrar os trabalhadores ao competitivo mercado de trabalho, um programa governamental utilizou recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) em parceria com empresas privadas e entidades focadas na promoção de treinamento e formação da mão de obra. Este projeto tinha como objetivo qualificar desempregados para facilitar seu retorno ao trabalho. Durante o período de qualificação, os trabalhadores contavam com o suporte do programa de seguro-desemprego.

Em 23 de dezembro de 1991, a Lei nº 8.315 criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), que segue um modelo institucional similar ao do SENAI e do SENAC.

Avançando para 1994, a proposta de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso identificou a lacuna de políticas públicas voltadas à expansão do 2º grau, ao aumento das matrículas e à alocação específica de financiamento para essa fase de ensino. Isso incluiu a questão da remuneração docente. Cunha (2005, p. 3706) destacou a importância estratégica dessa etapa educacional, que capacita os jovens para o mercado de trabalho e amplia suas chances de acesso a empregos de qualidade, assim, foi estabelecido o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, composto pela Rede Federal e por redes ou escolas semelhantes dos Estados, Municípios e Distrito Federal.

O projeto buscava revitalizar a qualidade e a amplitude da educação, considerando a escassez de mão-de-obra qualificada. A meta era formar profissionais capazes de enfrentar tarefas mais complexas, em um cenário no qual muitos permaneciam desempregados ou subempregados, com salários insuficientes (CUNHA, 2005, p. 3721).

No ano de 1996, a Lei nº 9.394, popularmente conhecida como a segunda Lei de

Diretrizes e Bases (LDB) passa a vigorar, dando conotação singular à Educação Profissional em um capítulo distintoda Educação Básica. Destinou o Título V “Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino”, Capítulo II, “Da Educação Básica”, Seção IV-A “Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio” , Art. 36 – B,

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas:

I – articulada com o Ensino Médio;

II – subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o Ensino Médio.

Parágrafo único. A Educação Profissional técnica de nível médio deverá observar:

I – os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação;

II – as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino;

III – as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico. (BRASIL, 1996)

No Capítulo III do Título V, abrange “Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino”, do Capítulo III, “Da Educação Profissional e Tecnológica” nos seguintes artigos:

Art. 39. A Educação Profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à Educação Profissional. § 1º Os cursos de Educação Profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

§ 2º A Educação Profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II – de Educação Profissional técnica de nível médio;

III – de Educação Profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

§ 3º Os cursos de Educação Profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 40. A Educação Profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art. 41. O conhecimento adquirido na Educação Profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. Parágrafo único. Os diplomas de cursos de Educação Profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional.

Art. 42. As escolas técnicas e profissionais, além de seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionados a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade (BRASIL,1996).

Contudo, a nova legislação de diretrizes e bases da educação não adota a

abordagem assistencialista das legislações iniciais sobre Educação Profissional no Brasil. Em vez disso, reconhece e prevê a certificação profissional com base nas competências adquiridas fora do ambiente escolar, permitindo que essas habilidades sejam desenvolvidas e aperfeiçoadas no contexto do trabalho.

No ano seguinte, o Decreto nº 2.208, de 17 de abril, regulamentou a Educação Profissional e introduziu o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP). Esse programa visava modernizar e expandir a Educação Profissional, promovendo a integração entre educação, trabalho, ciência e tecnologia, conforme estabelecido no Art. 39 da LDB de 1996. As ações estabelecidas pelo decreto visavam criar mais vagas nas escolas técnicas da rede federal, determinando que elas poderiam disponibilizar no máximo metade das vagas disponíveis em 1997 para o Ensino Médio. Além disso, nos cinco anos seguintes, cada escola deveria aumentar em 50% o número de vagas para os cursos técnicos e médios.

Para implementar essa reforma, o Ministério da Educação recorreu a recursos do tesouro nacional, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e a empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, os Ministérios do Trabalho e da Educação uniram esforços para estabelecer o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), que visava:

Implementação e/ou a readequação de 200 centros de Educação Profissional, 54 distribuídos da seguinte forma: 70 na esfera federal, 60 na estadual e 70 no “segmento comunitário”. Quanto ao alunado, a meta é atingir 240 mil vagas nos cursos técnicos; 600 mil concluintes de cursos profissionais básicos. Além do mais, o programa estabeleceu como meta atingir o índice de 70% de inserção de egressos dos cursos técnicos no mercado de trabalho (CUNHA, 2005, p. 4452).

Na legislação educacional brasileira, é claro como as desigualdades sociais e o dualismo estrutural moldam as diretrizes das políticas públicas. A oferta de cursos para a formação de profissionais nas modalidades de Educação Profissional e Tecnológica frequentemente se concentra apenas na formação inicial, negligenciando o desenvolvimento de indivíduos críticos que possuam conhecimentos suficientes para relacionar fenômenos científicos ao seu trabalho.

Os cursos integrados, objeto desta pesquisa, que proporcionavam um currículo unificado englobando tanto a educação comum do Ensino Médio quanto a formação técnico-profissional, foram inicialmente vetados pelo Decreto nº 2.208/1997. Somente mais tarde, conforme estipulado pelo Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004, foram

reintegrados às normativas educacionais.

Em 1998, a Lei Nº 9.649, Capítulo V “Das Disposições Gerais, Finais e Transitórias”, Art. 47, parágrafo 5º, de 27 de maio, proibiu a construção de novas escolas federais.

Art. 47. O art. 3o da Lei no 8.948, de 8 de dezembro de 1994, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

§ 5o A expansão da oferta de Educação Profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderá ocorrer em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino. (BRASIL, 1998)

A atual integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional de nível técnico começou em 2002, quando as Diretorias do Ensino Médio e de Educação Profissional da Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação passaram a ser coordenadas por especialistas e apoiadas por pesquisadores. Esse avanço refletiu a abordagem de um governo democrático e focado nas necessidades da população após a eleição de Luís Inácio Lula da Silva para a Presidência da República.

Com o intuito de concretizar essa visão, uma série de seminários foi conduzida, com a participação de representantes da sociedade civil e de órgãos governamentais. O propósito desses encontros era discutir alterações nas políticas do Ensino Médio e da Educação Profissional, além de buscar contribuições para a elaboração de um novo decreto que substituiria o Decreto nº. 2.208/1997.

Em 2002, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico foram estabelecidas pela Resolução nº 03/2002 do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP), que foi instituída com base no Parecer nº 29/2002 do mesmo conselho.

No decorrer de 2003, dois seminários foram realizados. O primeiro, em maio, intitulado Seminário Nacional sobre o Ensino Médio e Educação Tecnológica, teve como foco a discussão das concepções da Educação Média e Tecnológica e sua relação com a Educação Profissional. Já o segundo, em junho, chamado de Seminário Nacional de Educação Profissional-Concepções, Experiências, Problemas e Propostas, teve como objetivo a elaboração de um documento-base sobre a temática. A partir desses debates, foi produzido o documento intitulado "Propostas de Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica".

Após esses eventos, que contaram com a participação de instituições científicas,

educadores, pesquisadores, entidades de classe, instituições de ensino, representantes dos Ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego, Sistemas Estaduais de Ensino, Sistema S e parlamentares, foram elaboradas três versões preliminares de um novo decreto para substituir o Decreto 2.208/1997. A primeira versão integrou 30 sugestões de diversas instituições, educadores, pesquisadores e parlamentares. Nas versões subsequentes, os conceitos opinativos foram eliminados para garantir maior clareza e concisão.

Dentre os participantes, três perspectivas se destacaram: a primeira defendia a revogação do Decreto nº. 2.208/1997, buscando alinhar a política de acordo com a LDB 9.394/1996, argumentando que mudanças por meio de decreto continuariam abordagens impositivas do governo anterior. A segunda posição advogava pela manutenção do decreto em vigor, enquanto a terceira sustentava a revogação do decreto, seguida de uma nova versão. No entanto, essa última reconhecia que a revogação por si só não seria suficiente para garantir uma integração efetiva entre o Ensino Médio e a Educação Profissional (FRIGOTTO, CIAVATTA, 2004).

De acordo com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005b), a expectativa era que um novo decreto servisse como uma medida transitória, harmonizando a variedade de ações nos sistemas e instituições de ensino e mobilizando a sociedade civil para o assunto. Contudo, esse processo ocorreu de forma limitada. A proposta de integração entre a educação básica e a profissional enfrentou fragmentação.

Essa fragmentação teve início internamente no Ministério da Educação, que passou por uma reestruturação, dividindo a responsabilidade do Ensino Médio entre a Secretaria de Educação Básica e o Ensino Técnico sob a Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Além disso, algumas medidas adotadas pelo Ministério da Educação (MEC) sinalizaram que a política de integração não seria priorizada e que não havia consenso sobre as concepções entre as equipes dessas secretarias (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005b).

Posteriormente, em 21 de janeiro de 2004, a Resolução CNE/CEB nº 1/2004 estabeleceu as diretrizes nacionais para os estágios supervisionados dos alunos que cursam Educação Profissional e Ensino Médio.

Antes da reorganização do MEC, a integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional era guiada pelos princípios de trabalho, ciência e cultura. Uma equipe sugeriu que o Conselho Nacional de Educação (CNE) elaborasse diretrizes curriculares nacionais baseadas nesses princípios. No entanto, o que aconteceu foi a homologação do Parecer nº

39/2004 da Câmara de Educação Básica do CNE e da Resolução nº 01/2005, que atualizaram as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, conforme as disposições do Decreto nº 5.154/2004.

Embora o parecer CNE/CEB nº 39/2004 tenha destacado a necessidade de uma nova concepção político-pedagógica para implementar a integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional de nível técnico, alinhada ao Decreto nº 5.154/2004, por que o MEC decidiu manter as diretrizes existentes, que já enfrentavam questionamentos e críticas:

Segundo Frigotto; Ciavatta e Ramos (2005), a demonstração de que não existe:

[...] nova “concepção” pedagógica nesse parecer é a compreensão de que a Educação Profissional técnica de nível médio deva ser oferecida simultaneamente e ao longo do Ensino Médio. A proposta de integração distingue-se de simultaneidade. Este último princípio está de acordo com aquele que se manifesta permanentemente no parecer: o da independência entre cursos. Não foi isso que se buscou instituir com o Decreto nº 5.154/2004. (2005b, p. 1094).

Em 2005, com a promulgação da Lei nº 11.195, teve início a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, resultando na criação de 64 novas instituições de ensino. No mesmo ano, o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro, introduziu a modalidade de educação a distância, uma abordagem inovadora que, com o suporte das tecnologias da informação e comunicação, permite a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem. Essa modalidade foi incorporada à Educação Profissional (art. 2º, inciso IV) e abrange diversos cursos e programas.

- a) técnicos, de nível médio; e
- b) tecnológicos, de nível superior.

A inovação trazida pelo Parecer CNE/CEB nº 39/2004, e incorporada pela Resolução CNE/CEB nº 01/2005, que revisa as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio, foi a adição do parágrafo 3º ao artigo 12 da Resolução CNE/CEB nº 03/98, com a seguinte redação:

§ 3º A articulação entre a Educação Profissional Técnica de nível médio e o Ensino Médio se dará das seguintes formas:

- I - integrada, no mesmo estabelecimento de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;
- II - concomitante, no mesmo estabelecimento de ensino ou em instituições de ensino distintas, aproveitando as oportunidades educacionais disponíveis, ou mediante convênio de intercomplementaridade; e
- III - subsequente, oferecida a quem já tenha concluído o Ensino Médio.

Em 2007, foi iniciada a segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. O objetivo era estabelecer 150 novas unidades até 2010, totalizando 354 instituições em todo o país. Essas novas unidades ofereceram uma ampla gama de cursos, incluindo qualificação profissional, Ensino Técnico, ensino superior e programas de pós-graduação, adaptados para atender às demandas específicas de cada região.

Em 2008, a promulgação da Lei nº 11.741/2008 trouxe mudanças significativas ao abordar o Capítulo III do Título V da LDB, focando explicitamente na "Educação Profissional e Tecnológica". Essa legislação também introduziu uma nova seção no Capítulo II, intitulada IV-A, dedicada especificamente à "Educação Profissional Técnica de Nível Médio". Uma inovação importante foi a adoção dos eixos tecnológicos como base estrutural para os cursos, definidos por matrizes que orientam o projeto pedagógico e conferem identidade e coesão à organização curricular dos programas educacionais (BRASIL, 2008, p. 8).

No mesmo ano, a Resolução CNE/CEB nº 3/2008, de 9 de julho, respaldada pelo Parecer CNE/CEB nº 11/2008, de 16 de junho, estabeleceu o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio (CNCT). Essa iniciativa foi adotada tanto pelas redes públicas quanto pelas privadas de Educação Profissional, proporcionando diretrizes unificadas para a oferta e organização dos cursos técnicos em todo o território nacional.

Já em 2011, a promulgação da Lei nº 12.513 instituiu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), um marco significativo na expansão dos cursos de Educação Profissional e tecnológica no Brasil. Este programa proporcionou às instituições a oportunidade de criar cursos destinados ao nível médio, formação inicial e continuada, além de educação superior, com o objetivo de democratizar o acesso à qualificação profissional em diversas áreas do conhecimento.

Em 2012, o Ministério da Educação (MEC) divulgou o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), que abrange treze eixos tecnológicos:

Figura 2 – Eixos Tecnológicos do Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos (CNCT)

EIXOS TECNOLÓGICOS	
1	Ambiente e Saúde
2	Controle e Processos Industriais
3	Desenvolvimento Educacional e Social
4	Gestão e Negócios
5	Informação e Comunicação
6	Infraestrutura
7	Militar
8	Produção Alimentícia
9	Produção Cultural e Design
10	Produção Industrial
11	Recursos Naturais
12	Segurança
13	Turismo, Hospitalidade e Lazer

Fonte: Elaborado pelo autor

Esta organização está prevista no Art. Nº13 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012, que permite a atualização periódica dos percursos formativos para atender às necessidades sócio educacionais, seguindo as normas do sistema de ensino no âmbito da Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Brasil, essa resolução também estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Ela cobre vários aspectos, como objetivos, princípios orientadores, formas de oferta, estrutura curricular, duração, avaliação, reconhecimento de créditos, certificação e formação dos professores.

De acordo com essa resolução, a carga horária total dos cursos de Educação Profissional técnica de nível médio deve ser de, no mínimo, 3.000 horas e, no máximo, 3.200 horas, dependendo da carga horária dedicada ao desenvolvimento das competências profissionais, que pode variar entre 800 e 1.200 horas. Para viabilizar essa proposta educacional, é crucial que o currículo dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio contemple conhecimentos e habilidades nas áreas de linguagens e códigos, ciências humanas, matemática e ciências naturais. Esses conteúdos devem ser adaptados à Educação Básica, levando em consideração as especificidades de cada habilitação.

Além disso, o currículo deve estar alinhado com a matriz tecnológica e incorporar os fundamentos científicos relevantes para a formação do aluno, tanto em termos de cidadania quanto de desenvolvimento profissional. De acordo com a resolução, ao

concluir o curso, o aluno receberá um diploma que o certifica como Técnico de Nível Médio. Esse diploma deve mencionara habilitação profissional desenvolvida pelo aluno, bem como o eixo tecnológico ao qual está relacionada, seguindo o Catálogo Nacional de cursos técnicos elaborado pelo Ministério da Educação ou ocupações listadas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

Em 2013, a Lei nº 12.513 foi modificada pela Lei nº 12.816/2013, o que ampliou consideravelmente o número de beneficiários e as oportunidades proporcionadas pela Bolsa-Formação Estudante dentro do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Em seguida, em 25 de junho de 2014, foi promulgada a Lei nº 13.005/2014, que ratificou o novo Plano Nacional de Educação. Este plano estipulou que pelo menos 25% das matrículas na educação de jovens e adultos, tanto no ensino fundamental quanto no médio, deveriam incluir a Educação Profissional. Além disso, previu um aumento significativo no número de matrículas, triplicando a oferta e elevando em 50% a participação do setor público.

Em 2015, o Ministério da Educação (MEC) divulgou um censo que revelou um aumento de 89,2% no número de estudantes atendidos desde 2008, totalizando 1.784.403 estudantes. Esse crescimento evidenciou a necessidade urgente de expansão das escolas que ofereciam Educação Profissional para atender à crescente demanda por qualificação técnica e profissional no país.

A Lei nº 13.415, sancionada em 16 de fevereiro de 2017 e em vigor no Brasil, trouxe mudanças significativas para o sistema educacional, principalmente no Ensino Médio. Ela proporcionará uma reestruturação na grade curricular desse nível de ensino, permitindo que os estudantes escolham a área do conhecimento que desejam explorar. A Lei determina que uma parte do currículo escolar seja composta por disciplinas obrigatórias em todas as escolas, enquanto a outra parte será flexível, ajustando-se às necessidades específicas da escola e da comunidade local, de acordo com as demandas profissionais regionais. O artigo 4 dessa lei introduziu uma mudança significativa no artigo 36 da Lei nº 9.394/1996, estabelecendo que:

O currículo do Ensino Médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que são cinco: I – linguagens, códigos e suas tecnologias; II – matemática e suas tecnologias; III – ciências da natureza e suas tecnologias; IV – ciências humanas e sociais aplicadas; V – formação técnica profissional (BRASIL, 2017).

—

—

A partir do ano de 2022, o novo modelo de Ensino Médio no Brasil foi progressivamente implementado tanto em escolas públicas quanto privadas, começando pelas séries iniciais. No que diz respeito à certificação dos estudantes que optarem pela formação técnica profissional no novo Ensino Médio ao concluírem o terceiro ano, esses alunos receberão dois certificados: um de conclusão do Ensino Médio e outro referente ao curso técnico realizado.

As políticas públicas voltadas para jovens que buscam formação profissional exigem investimentos tanto por parte dos governos Estadual quanto Federal. É essencial que esses investimentos garantam um ensino profissional de qualidade, assegurando a integração desses jovens no mercado de trabalho. Desde 2020, o Governo do Estado de São Paulo lançou o Programa Novotec, que oferece cursos técnicos e profissionalizantes para estudantes do Ensino Médio.

O programa tem três modalidades: Novotec Integrado, onde o aluno cursa o Ensino Médio junto ao Ensino Técnico, Novotec Expresso onde o aluno faz cursos de qualificação profissional no contra turno escolar e o EJATEC que é a modalidade profissional para a Educação de Jovens e Adultos.

O enfoque do trabalho é o Novotec Integrado, que ultrapassa a mera formação voltada para o mercado de trabalho. Este modelo educacional visa uma formação integrada, que abrange não apenas os requisitos profissionais, mas também promove o processo de escolarização e emancipação do estudante, destacando a importância da conexão entre teoria e prática.

A integração ao mercado de trabalho tem um impacto direto na continuidade da escolarização e da qualificação profissional dos jovens. Para muitos jovens em situação de vulnerabilidade, a educação básica é frequentemente o único período em que conseguem adquirir os conhecimentos essenciais exigidos pelo mercado de trabalho. Assim, qualquer limitação no acesso ao ensino pode agravar a desigualdade social.

Portanto, é essencial que as políticas públicas sejam ajustadas para reduzir as taxas de desemprego e facilitar a entrada dos alunos no mercado de trabalho. A transição da escola para o trabalho, o início de responsabilidades adultas e a dificuldade de ascensão social por meio da educação representam um período desafiador para os jovens. Além disso, a maioria dos brasileiros enfrenta a falta de uma formação técnica sólida que seja valorizada no mercado regional, o que exige um contínuo desenvolvimento profissional e a garantia de uma cidadania plena e autonomia no âmbito profissional e familiar.

O currículo do Ensino Médio é extenso e frequentemente não se alinha com as

demandas do mercado de trabalho. A remoção de disciplinas como Artes, Filosofia, Sociologia e Espanhol, substituindo-as por matérias obrigatórias como Português, Matemática e Língua Inglesa, em um contexto de crise econômica prolongada, resultou em um aumento no número de jovens desempregados entre 18 e 24 anos.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), a taxa de desemprego da população em geral, no ano de 2023 foi de 7,8%, menor 1,8 pontos que a taxa de 2022, que foi de 9,6%. Já entre os jovens de 14 a 17 anos o desemprego em 2023 era de 28%, contra 29% de 2022, entre os jovens de 18 a 24 anos em 2022 o desemprego era de 16,4% e em 2023 caiu para 15,3%.

No cenário das práticas sociais do capitalismo globalizado, a educação, além de desempenhar um papel crucial no fortalecimento do sistema, é tratada politicamente como meio, produto e produção dentro do mercado, especialmente em países em desenvolvimento. Nos últimos anos, tem-se promovido amplamente a ideia de que a Educação Técnica é um instrumento para a inserção no mercado de trabalho.

Do ponto de vista curricular, a estrutura do currículo integrado deve proporcionar conhecimentos e habilidades tanto disciplinares quanto interdisciplinares, orientados para a prática cotidiana. Dessa forma, o Ensino Médio e a Educação Profissional se concentram na preparação dos indivíduos para o mercado de trabalho. No entanto, a Educação Profissional tem sido frequentemente vista de maneira assistencialista, focada exclusivamente na qualificação profissional. Se essa abordagem persistir, a criação de uma sociedade justa e equitativa se tornará inviável. Portanto, é essencial confrontar a visão economicista da Educação Profissional, que se limita à reprodução do capital, e buscar uma educação abrangente, fundamentada em uma formação humana integral que prepare o indivíduo para a vida em sociedade.

A educação deve ser valorizada não apenas por seus aspectos técnicos, mas também pelos valores que conferem sentido à vida. A formação humana integral deve ir além da competência técnica, promovendo também a capacidade crítica dos indivíduos, para que eles se tornem autônomos e emancipados. Assim, a educação básica, profissional e superior desempenha um papel crucial na construção de uma identidade que abranja diversas dimensões, como políticas, afetivas, físicas, intelectuais e econômicas. A integração do Ensino Médio com a Educação Profissional pode ser uma contribuição significativa para essa formação integral, ao estabelecer uma conexão entre o conhecimento teórico e a prática profissional, e entre ciência, tecnologia e cultura.

O Ensino Médio integrado à Educação Profissional é visto como um passo

fundamental para a construção de uma sociedade com oportunidades equitativas para todos. Ele se torna ainda mais relevante em contextos desafiadores, onde os filhos de trabalhadores precisam se qualificar profissionalmente durante o ensino médio, sem poder adiar esse objetivo para o nível superior. Essa abordagem não apenas atende a uma necessidade imediata, mas também visa promover mudanças que, ao longo do tempo, contribuam para a formação de uma educação que reflita os princípios de uma sociedade justa (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2005).

Considerando o exposto, a análise se alinha com as metas propostas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 para a integração entre Ensino Médio e Educação Profissional. O conceito de integração aqui envolve uma visão de totalidade, onde as partes são compreendidas em seu conjunto ou onde a unidade é encontrada na diversidade, tratando a educação como um sistema social abrangente e considerando as várias mediações históricas que moldam os processos educativos. Assim, a ideia de integração é essencial para entender as múltiplas dimensões históricas que tornam os processos educativos concretos.

A Meta 10 do PNE 2014-2024 estabelece uma visão para a integração do Ensino Médio com a Educação Profissional, prevendo que pelo menos 25% das vagas na educação de jovens e adultos, tanto no ensino fundamental quanto no médio, sejam oferecidas de forma integrada com a Educação Profissional. Essa meta visa promover o acesso à educação básica de maneira que se articule efetivamente com a formação profissional.

Para Oliveira (2011) “[...] Esses aspectos são essenciais e constituintes de uma política pública destinada à integração entre a Educação Profissional e o Ensino Médio

Assim, para que a educação integrada se torne, efetivamente, política pública, não pode prescindir do envolvimento das distintas esferas de governo, do mesmo modo que exige maior articulação com movimentos sociais, economias locais e sociedade civil em geral (OLIVEIRA 2011).

Assim, o objetivo é resgatar e reintegrar na escola um grande número de jovens e adultos que tiveram suas trajetórias educacionais interrompidas, proporcionando acesso a uma formação abrangente por meio de um currículo que combine conhecimentos científicos e técnicos. No entanto, é crucial considerar a questão da permanência e da conclusão bem-sucedida, que dependem tanto de financiamento adequado quanto de uma abordagem pedagógica eficaz dentro das instituições de ensino.

Nesse contexto, as práticas pedagógicas que integram o Ensino Médio com a

Educação Profissional devem ser fundamentadas em um projeto de ensino integrado, que organize o currículo de forma a unir conhecimentos científicos e profissionais.

O currículo do Ensino Médio integrado à Educação Profissional tem como meta central incorporar sólidas bases científicas e tecnológicas, desenvolvendo-as de maneira contextualizada, onde teoria e prática se complementam. A introdução de atividades pedagógicas focadas na construção de competências, utilizando os conhecimentos prévios dos alunos e o contexto em que estão inseridos como referência, busca conferir significado ao aprendizado. Portanto, a contextualização, embora desafiadora, é crucial para integrar de forma coesa a formação geral e profissional no currículo educacional.

A compreensão dos avanços tecnológicos é fundamentada no domínio dos conhecimentos científicos. Nas habilitações técnicas integradas, os projetos interdisciplinares são cruciais para conectar diferentes áreas do conhecimento no currículo. A contextualização dos saberes em diversos contextos amplia o desenvolvimento cognitivo e fomenta competências socio emocionais essenciais, que são determinantes para impulsionar o protagonismo na busca pelo conhecimento e nas relações sociais no ambiente de trabalho.

Este contexto histórico é crucial para compreendermos a evolução da Educação Profissional até o presente momento. Os avanços conquistados têm sido fundamentais para proporcionar aos estudantes oportunidades significativas e uma maior integração com as demandas reais do mercado de trabalho.

5. O CENTRO PAULA SOUZA

No estado de São Paulo o Centro Paula Souza (CPS) é uma autarquia estadual, vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e tem uma história significativa na promoção da Educação Técnica e profissional no estado de São Paulo

A instituição foi estabelecida em 1969, durante a administração do governador Roberto Costa de Abreu Sodré (1967/1971), como resultado de um grupo de trabalho que avaliou a viabilidade de criar gradualmente uma rede de cursos superiores de tecnologia com duração de dois a três anos. Em 1970, iniciou suas atividades sob o nome de Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo (CEET), oferecendo três cursos na área de Construção Civil (Movimento de Terra e Pavimentação, Construção de Obras Hidráulicas e Construção de Edifícios) e dois na área de Mecânica (Desenhista Projetista e Oficinas). Esse foi o ponto de partida para as Faculdades de Tecnologia do Estado, com as duas primeiras instaladas em Sorocaba e São Paulo.

Atualmente, o Centro Paula Souza está presente em 345 municípios paulistas, com 228 Escolas Técnicas (ETECs) e cerca de 317 mil alunos nos ensinos técnico, médio e integrado. O centro oferece 237 cursos direcionados aos diversos setores econômicos e organizados em vários eixos tecnológicos. O Ensino Médio com habilitação técnica é estruturado em três séries anuais, com aulas em meio período (manhã ou tarde), combinando disciplinas da base nacional comum com componentes técnicos. Ao final dos três anos, o aluno conclui o Ensino Médio e obtém um diploma de Técnico, o que lhe permite ingressar no mercado de trabalho e continuar seus estudos na Educação Superior.

Em 2020, o governo lançou o Novotec, um novo curso em parceria entre o Centro Paula Souza e as Secretarias de Desenvolvimento Econômico e de Educação. O objetivo é oferecer uma formação técnica e profissional nas ETECs e nas escolas estaduais. A educação integrada é justificada pela necessidade de preparar os jovens para o mercado de trabalho de forma imediata, tornando o ensino mais atraente e focado na qualificação profissional.

A discussão sobre a formação voltada para o mercado de trabalho levanta questões importantes sobre o tipo de ensino que deve ser oferecido aos alunos, especialmente em relação à criação de projetos que atendam à Educação Profissional. Em 2004, foi aprovado um decreto federal que visava implementar um Ensino Médio unitário e politécnico, integrando os princípios da ciência, do trabalho e da cultura. No entanto, um ano após a aprovação, não houve esforços suficientes para concretizar esse projeto de

integração entre a educação básica e a profissional.

Uma questão adicional é a necessidade de uma nova abordagem político-pedagógica que surja com a aprovação desse decreto. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio precisariam ser revistas, pois os conteúdos do Ensino Médio e da Educação Profissional possuem naturezas diferentes. Essa diferença pode levar a uma separação entre a formação para a cidadania e para o mercado de trabalho, distinguindo entre a formação intelectual e a formação técnica e profissional.

Para atingir esse objetivo, é essencial incorporar conteúdos e práticas político-pedagógicas que considerem não apenas a preparação para o mercado de trabalho, mas também o pensamento crítico e a produção de vida, excluindo práticas da Educação Profissional e teorias voltadas exclusivamente para o vestibular. A implementação do ensino integrado deve levar em conta vários pressupostos para garantir uma educação integradora e humanizadora.

É fundamental desenvolver um projeto social que vá além da simples preparação para o mercado de trabalho, incluindo a colaboração de professores e gestores na elaboração de processos de ensino-aprendizagem e currículos que articulem teoria e prática. Além disso, a articulação entre a instituição, os alunos e suas famílias é crucial para alinhar expectativas e promover a conscientização sobre possíveis realizações. A formação integrada deve evitar o autoritarismo e promover uma ação coletiva, com investimentos garantidos na educação para assegurar a oferta pública e gratuita de ensino.

Assim, as políticas públicas de educação e qualificação profissional devem ser direcionadas para essa modalidade de ensino, garantindo que seja gratuita e de alta qualidade, para que os jovens possam encontrar oportunidades de emprego e fazer a diferença na economia e na sociedade.

5.1. A CIDADE DE FRANCA

Dentre as Escolas Técnicas (ETECs) uma das suas unidades é a ETEC Professor Carmelino Corrêa Júnior, localizada na cidade de Franca no interior do Estado de São Paulo. Franca com aproximadamente 350.000 habitantes, segundo o censo de 2020, é conhecida como a capital do calçado e capital do basquete. A cidade é considerada a 6ª melhor cidade para se morar no Brasil, segundo o Índice dos Desafios da Gestão Municipal (IDGM) de 2021, estudo promovido pela Macroplan, entidade especializada

em cenários prospectivos e administração estratégica, que analisa quatro fatores principais: educação, segurança, saneamento e saúde.

A economia de Franca tem características distintas devido à sua história e ao perfil econômico. A indústria do calçado e do couro é uma das principais forças econômicas da cidade que é conhecida nacionalmente e internacionalmente por sua produção de calçados de alta qualidade e artigos de couro. Muitas empresas de calçados têm operações em Franca, gerando um número significativo de empregos na região.

Já o comércio e o varejo de Franca também possui um robusto número voltado para a venda de produtos de couro e calçados. Lojas de varejo, shoppings e mercados atendem tanto os residentes locais, quanto visitantes. O setor de serviços é uma parte importante da economia de Franca, abrangendo uma variedade de áreas, como educação, saúde, turismo e restaurantes. A cidade também é conhecida por suas instituições de Ensino Técnico e superior.

O agronegócio também tem relevância na economia de Franca. A cidade ainda mantém atividades agrícolas e pecuárias forte, destacando o café como uma das principais culturas, embora menos proeminentes em comparação com outras indústrias. Já na educação, Franca possui um sistema educacional diversificado que incluía instituições de ensino de diferentes níveis e modalidades. A cidade oferece escolas que oferecem Educação Básica, Ensino Médio, Educação Técnica e Ensino Superior. Segundo o IBGE de 2010 a cidade possui 98,2% de taxa de escolaridade de 6 a 14 anos de idade e cerca de 11.719 alunos matriculados em 57 escolas de Ensino Médio em 2021. Já o IDH, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que compara indicadores de países ou cidades, nos itens riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros, a cidade possui índice de 0,780, considerado alto.

5.2. A ETEC PROFESSOR CARMELINO CORRÊA JÚNIOR

Conhecida como ETEC Agrícola de Franca, a ETEC Professor Carmelino Corrêa Júnior inicia sua história em uma jornada marcante na Educação Profissional e técnica no estado de São Paulo. Sua trajetória começou como uma modesta Escola de Iniciação Agrícola em 1958, e ao longo dos anos, evoluiu para se tornar um renomado Colégio Agrícola, um sinônimo de aprendizado e inovação na área agrícola e agropecuária.

Oficializada como Colégio Agrícola através da Lei nº 9.235 de 11 de janeiro de

1966, a instituição adquiriu relevância no cenário educacional paulista. Com uma extensa área de 82,72 hectares, dividida em duas porções contíguas, essa escola possui um legado de excelência no ensino. Sua localização no Bairro City Petrópolis, Franca, abraça uma vizinhança harmoniosa com o Jardim Zoobotânico, a uma distância de 10 km do centro do município.

A ETEC Professor Carmelino Corrêa Júnior orgulha-se de sua diversificada oferta educacional. Ela oferece cursos técnicos de nível médio abrangendo Agricultura, Pecuária, Gestão da Empresa Rural, Gestão Ambiental e Curtimento de Couros. Além disso, há opções como Ensino Médio Integrado ao Técnico em Agropecuária, Ensino Médio Integrado ao Técnico em Química e Ensino Médio Integrado ao Técnico em Biotecnologia e Ensino Médio Integrado ao Técnico em Agronegócio. Além desses cursos, também oferece em parceria com a Secretaria Estadual de Educação o Ensino Médio Integrado ao Técnico em Administração e Ensino Médio Integrado ao Técnico em Vendas.

A ETEC Professor Carmelino Corrêa Júnior como uma peça fundamental no cenário educacional de Franca e região, atende atualmente aproximadamente 896 alunos. A ETEC desempenha um papel de destaque na capacitação profissional da região, forjando um elo vital entre a educação e as necessidades da indústria local.

A instituição mantém um compasso firme com as transformações tecnológicas no setor agropecuário, realinhando-se às necessidades regionais em um mercado cada vez mais competitivo. Com uma dedicação incessante à qualidade do ensino, a escola integra metodologias participativas para monitorar e gerenciar projetos produtivos. Essa abordagem tem cultivado uma atmosfera de coparticipação, promovendo responsabilidade e, ao mesmo tempo, atendendo às demandas da Educação Técnica.

Ao analisar o perfil dos alunos chegamos a uma prática valiosa em diversos contextos educacionais, a análise do perfil dos alunos é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento de estratégias educacionais eficazes e personalizadas. Ela ajuda a criar um ambiente de aprendizado mais inclusivo, motivador e voltado para o sucesso acadêmico e pessoal de cada aluno.

O corpo docente da escola é formado por 51 professores com graduação em diversas áreas. Por se tratar de uma escola agrícola, e voltada para os cursos nessa área, a grande maioria dos professores tem formação em engenharia agrônoma, medicina veterinária, ciências biológicas e zootecnia. Como os cursos de Ensino Médio são integrados aos técnicos, temos os professores da base comum curricular, formados em

geografia, matemática, história, letras, química, física, educação artística, pedagogia e educação física. E também temos professores da área da gestão e negócios, formados em administração, ciências contábeis, psicologia, direito e computação.

Sobre as titulações do corpo docente, temos a seguinte situação:

Tabela 1 – Titulação dos Docentes da ETEC Prof. Carmelino Corrêa Júnior

TITULAÇÃO DOS DOCENTES		
NÍVEL	POSSUI	%
Graduação	51	100
Licenciatura	38	74,51
Especialização	26	50,98
Mestrado	10	19,61
Doutorado	3	5,88

Fonte: Banco de Dados BDCETEC

Os professores em sua maioria possuem licenciatura, 74,51%, 26 dos 51 concluíram uma especialização, 10 concluíram mestrado, e somente 3 possuem doutorado.

5.3. O PERFIL DOS ALUNOS DA ETEC PROFESSOR CARMELINO CORRÊA JÚNIOR

A escola hoje possui em sua unidade 564 alunos matriculados entre os cursos de Ensino Médio Integrado e Ensino Técnico, mas a análise será somente nos alunos que cursam o Ensino Médio Integrado, ou seja, os cursos do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Agropecuária, o Ensino Médio Integrado ao Biotecnologia e o Ensino Médio Integrado ao Química, totalizando 353 alunos. Destes serão pesquisados os alunos ingressantes, que estão no 1º ano, e os alunos egressos, que estão no 3º ano.

Analisando o perfil destes alunos matriculados no Ensino Médio Integrado ao Técnico na ETEC Professor Carmelino Corrêa Júnior temos a seguinte situação:

Considerando o sexo, temos 185 do sexo feminino, 52,41% do total e 47,59% masculino com 168 alunos. Hoje é essa realidade, mas em anos anteriores era predominante os alunos do sexo masculino.

Os alunos da ETEC, residem em diversas cidades da região e até de cidades mais longe, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 2 – Cidades de origem dos alunos da ETEC Prof. Carmelino Corrêa Júnior

CIDADE ONDE RESIDEM	TOTAL DE ALUNOS	DISTÂNCIA EM KM ATÉ FRANCA-SP
FRANCA-SP	256	0
RESTINGA-SP	21	13
CRISTAIS PAULISTA-SP	10	19,7
PATROCÍNIO PAULISTA-SP	10	19,6
CLARAVAL-MG	7	21,9
IPUÃ-SP	7	74,1
BATATAIS-SP	6	49,5
SÃO JOAQUIM DA BARRA-SP	6	60,9
RIBEIRÃO CORRENTE-SP	4	32,9
JARDINÓPOLIS-SP	3	83,8
NUPORANGA-SP	3	53,6
DELFINÓPOLIS-MG	2	93
JAIBA-MG	2	943
JERIQUARA-SP	2	43,8
PEDREGULHO-SP	2	41,7
ADAMANTINA-SP	1	449
ARAXÁ-MG	1	173
BRODOWSKI-SP	1	61,3
CÁSSIA-MG	1	63,4
CATANDUVA-SP	1	239
GUAPÉ-MG	1	240
IBIRACI-MG	1	39,4
MATÃO-SP	1	185
RIBEIRÃO PRETO-SP	1	89,7
SÃO JOSÉ DA BELA VISTA-SP	1	32,7
SÃO PAULO-SP	1	405
SERTÃOZINHO-SP	1	135

Fonte: Banco de Dados BDCETEC

A Tabela 2 mostra que a escola tem alunos de 27 cidades, a maioria são do estado de São Paulo, mas também há alunos de Minas Gerais, devido à proximidade de Franca com a divisa do Estado. A maioria dos alunos é da própria cidade de Franca, mas outra parte concentra-se em um raio de até 100 km de distância, e chega a ter alunos que residem a mais de 900 km de distância da escola.

A Figura 3 mostra a composição familiar destes alunos.

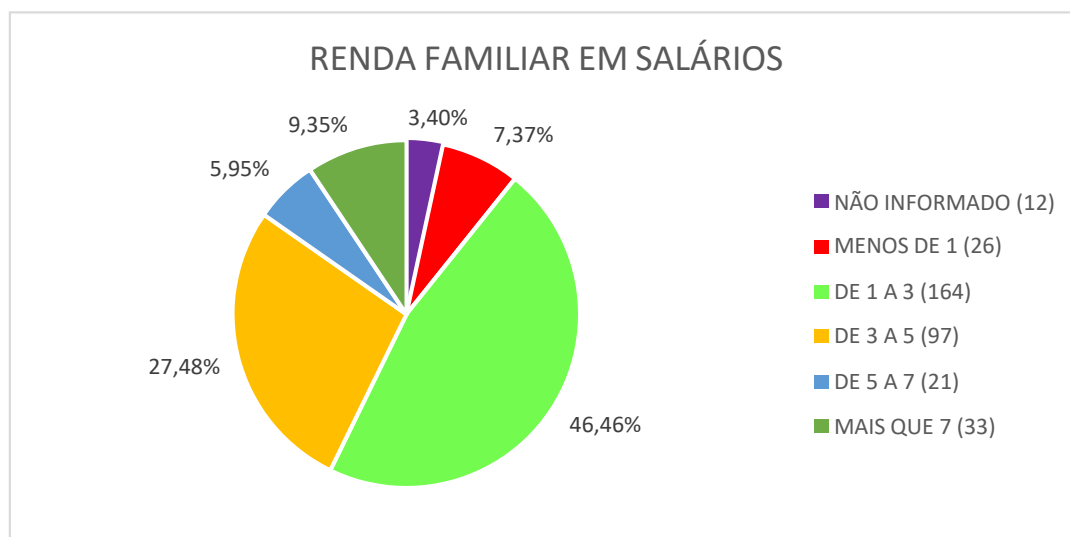
Figura 3 – Números de pessoas na família dos alunos na ETEC Prof. Carmelino Corrêa



Fonte: Banco de Dados BDCETEC

A maioria dos alunos 64,31% tem família composta entre 4 à 6 pessoas, seguido de famílias de 1 à 3 integrantes com 27,76% e as famílias dos alunos compostas por mais de 6 pessoas são de 7,93%.

Figura 4 – Renda Familiar dos alunos da ETEC Prof. Carmelino Corrêa Júnior em 2023.

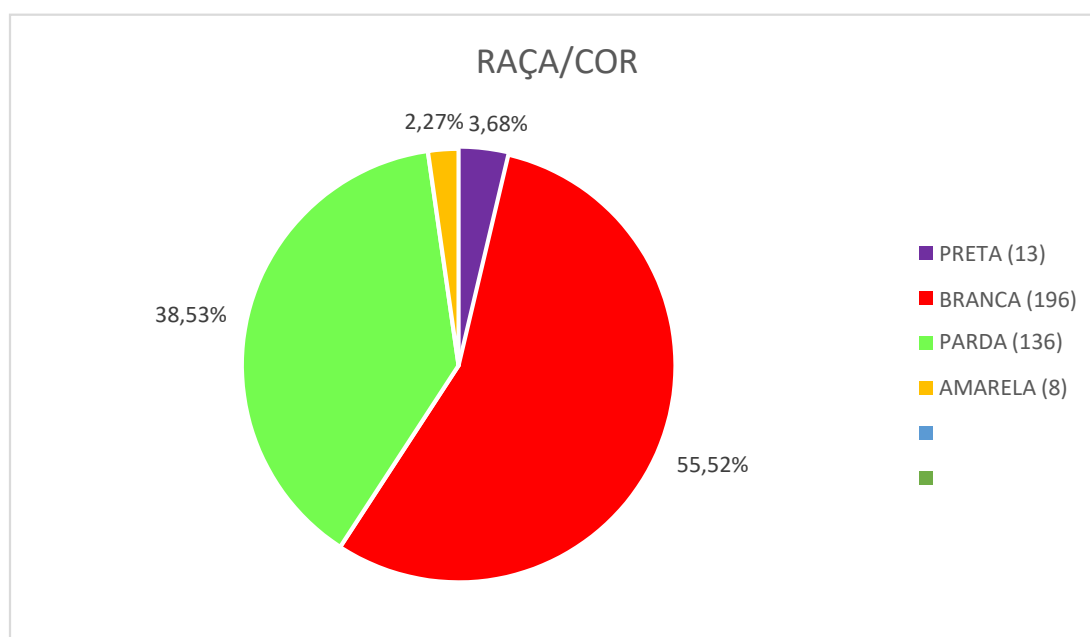


Fonte: Banco de Dados BDCETEC

Analisando a renda familiar dos alunos, como ilustrado na Figura 4, alguns alunos não informaram (12), 46,46% vivem com renda média de 1 a 3 salários-mínimos e, portanto a maioria dos alunos, seguido de 27,48% com renda familiar entre 3 e 5 salários, 5,95% com renda de 5 a 7 salários, e somam apenas 9,35% com mais de 7 salários. É possível notar também que temos famílias com menos de 1 salário com 7,37%.

Sobre a cor da pele declarada, os alunos informaram:

Figura 5 – Autodeclaração dos alunos da ETEC Prof. Carmelino Corrêa Júnior em 2023.



Fonte: Banco de Dados BDCETEC

A Figura 5 mostra que 55,52% dos alunos se declaram brancos, 38,53% pardos, e somente 3,68% são pretos e 2,27% amarelos.

5.4. OS CURSOS DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO ENSINO TÉCNICO

A ETEC Professor Carmelino Corrêa Júnior atualmente oferece cursos do Ensino Médio Integrado ao Curso Técnico e Cursos Técnicos. Nosso foco nesse estudo são os cursos de Ensino Médio Integrado ao Curso Técnico. Nesse contexto a ETEC traz três cursos: Ensino Médio Integrado ao Técnico em Agropecuária, Ensino Médio Integrado ao Técnico em Biotecnologia e Ensino Médio Integrado ao Técnico em Química.

O Ensino Médio Integrado ao Técnico em Agropecuária é o curso mais tradicional da escola, esse curso teve início em 2009, ofertado de forma integral. Já em 2021 a oferta do curso deixou de ser integral, sendo oferecido uma turma para o período da manhã e outra para o período da tarde.

O curso tem como objetivo segundo o próprio Centro Paula Souza formar o profissional que planeja, executa, acompanha e avalia projetos agropecuários e agroindustriais, em suas diversas etapas e atividades, supervisionando a produção agropecuária. Também administra empresas rurais e promove a industrialização e a comercialização de produtos agropecuários, experimenta, testa, desenvolve e melhora

métodos e tecnologias de produção sustentável. Executa pesquisas e análises laboratoriais, presta assistência e consultoria técnica, orientando diretamente produtores sobre a produção, a comercialização e a biossegurança do setor. Promove diferentes formas de organização social, extensão e capacitação rural e o desenvolvimento da visão de sustentabilidade da produção agropecuária.

O mercado de trabalho do formado em Técnico em Agropecuária são empreendimentos rurais, empresas agropecuárias, empresas agroindustriais como frigoríficos, laticínios, destilarias, usinas de açúcar e álcool, indústrias de processamento de produtos de origem animal e vegetal. Podem trabalhar em instituições públicas, privadas de pesquisa, ensino e extensão rural, empresas de prestação de serviços agropecuários, consultorias e assistência técnica, empresas fornecedoras de produtos para a agropecuária, empresas de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas, pecuários e agroindustriais e também em empresas produtoras e fornecedoras de produtos orgânicos, cooperativas e associações de produtores rurais.

Para iniciar o curso, os alunos precisam passar pelo processo seletivo, que na ETEC é chamado de “vestibulinho”. Esse processo é uma prova aplicada duas vezes por ano, para, geralmente em junho e dezembro para os interessados em ingressar nos Cursos Técnicos e em dezembro para quem quer cursar o Ensino Médio Integrado ao Curso Técnico. Para avaliar a procura dos cursos o Centro Paula Souza faz uma avaliação da demanda de alunos por vaga. O Ensino Médio Integrado ao Curso Técnico em Agropecuária, tem a seguinte demanda nos últimos 5 anos:

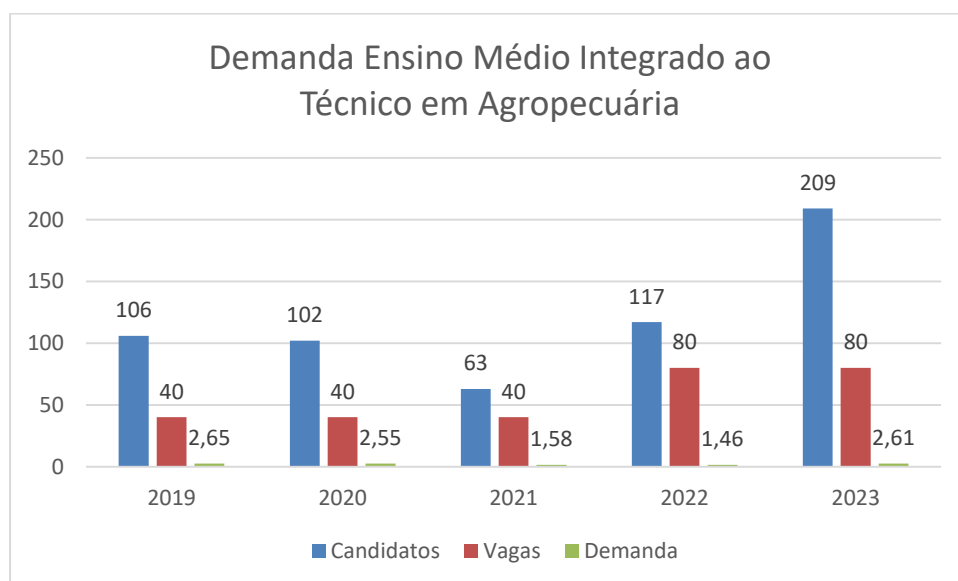
Tabela 3 – Demanda do vestibulinho do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Agropecuária

DEMANDA DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA			
Ano	Candidatos	Vagas	Demanda
2019	106	40	2,65
2020	102	40	2,55
2021	63	40	1,58
2022	117	80	1,46
2023	209	80	2,61

Fonte: Site www.vestibulinhoETEC.com.br

Figura 6 – Demanda do Vestibulinho do Ensino Médio Integrado ao Técnico em

Agropecuária



Fonte: Site www.vestibulinhoETEC.com.br

Analizando a demanda pelo Ensino Médio Integrado ao Técnico em Agropecuária o curso apresenta bons números. O Centro Paula Souza considera demanda maior que 1,5 candidato por vaga como um curso com boa demanda. Nos anos de 2021 e 2022 o curso tem queda acentuada na demanda, mas isso se deu por conta da COVID-19 em todas as escolas e na educação como um todo. Outro ponto a se destacar que a partir de 2022 a escola passou a ofertar duas turmas de 40 alunos, uma no período da manhã e outra no período da tarde.

Outro indicador que o Centro Paula Souza utiliza é a evasão escolar. A evasão escolar é considerada a perda do aluno, ou seja, é quando o aluno por qualquer motivo deixa de concluir o ano letivo. Analisando os últimos cinco anos, temos os seguintes números:

Tabela 4 – Índices de aproveitamento do Ensino Médio Integrado ao Técnico em

Agropecuária

Ano	Turma	Habilitação/Curso	Total de Alunos	Aprovados	Retidos	Desistências	Transferidos	Aproveitamento
2019	1ª Série	Ensino Médio Integrado ao Técnico em Agropecuária	39	33	5	0	1	84,62%
	2ª Série	Ensino Médio Integrado ao Técnico em Agropecuária	37	34	1	0	2	91,89%
	3ª Série	Ensino Médio Integrado ao Técnico em Agropecuária	38	38	0	0	0	100,00%
2020	1ª Série	Ensino Médio Integrado ao Técnico em Agropecuária	40	35	5	0	0	87,50%
	2ª Série	Ensino Médio Integrado ao Técnico em Agropecuária	40	34	6	0	0	85,00%
	3ª Série	Ensino Médio Integrado ao Técnico em Agropecuária	32	31	1	0	0	96,88%
2021	1ª Série	Ensino Médio Integrado ao Técnico em Agropecuária	76	72	2	0	2	94,74%
	2ª Série	Ensino Médio Integrado ao Técnico em Agropecuária	37	29	2	0	6	78,38%
	3ª Série	Ensino Médio Integrado ao Técnico em Agropecuária	34	33	0	0	1	97,05%
2022	1ª Série	Ensino Médio Integrado ao Técnico em Agropecuária	62	60	0	0	2	96,77%
	2ª Série	Ensino Médio Integrado ao Técnico em Agropecuária	67	60	0	0	7	89,55%
	3ª Série	Ensino Médio Integrado ao Técnico em Agropecuária	24	21	0	0	3	87,50%
2023	1ª Série	Ensino Médio Integrado ao Técnico em Agropecuária	95	73	0	2	20	76,80%
	2ª Série	Ensino Médio Integrado ao Técnico em Agropecuária	68	54	0	2	12	79,40%
	3ª Série	Ensino Médio Integrado ao Técnico em Agropecuária	62	55	0	1	6	88,70%

Fonte: Banco de Dados BDCETEC

Em todos os anos e todas as séries têm aproveitamento superior a 75%, a instituição considera 70% um aproveitamento bom.

Já o Ensino Médio Integrado ao Técnico em Biotecnologia teve sua primeira turma na ETEC Professor Carmelino Corrêa Júnior em 2019 e segundo o Centro Paula Souza, o profissional formado em Técnico em Biotecnologia é o que auxilia os profissionais graduados no desenvolvimento de culturas in vivo e in vitro e de marcadores moleculares, cultivando micro-organismos, tecidos animais e vegetais para multiplicação celular, prepara meios de cultura e soluções, providencia materiais aplicados à biotecnologia. Atua na produção e análise de imunobiológicos como vacinas, diluentes e kits de diagnóstico, ele colabora com atividades de perícia criminal e investigação genética, tais como exames de paternidade e detecção de patógenos, analisa o controle do crescimento de micro-organismos na indústria alimentícia e farmacêutica, auxilia na produção de produtos biotecnológicos de interesse comercial, especialmente combustíveis renováveis. Também analisa substâncias e compostos biológicos e controla o funcionamento de equipamentos de laboratório e colabora na investigação de novas tecnologias relacionadas à biotecnologia animal e vegetal, em especial aquelas que

envolvam conhecimentos químicos e biomédicos. O mercado de trabalho desse profissional trabalha em empresas privadas e/ou públicas, indústria farmacêutica, de alimentos, de cosméticos, agroindústria e empresas do setor biotecnológico.

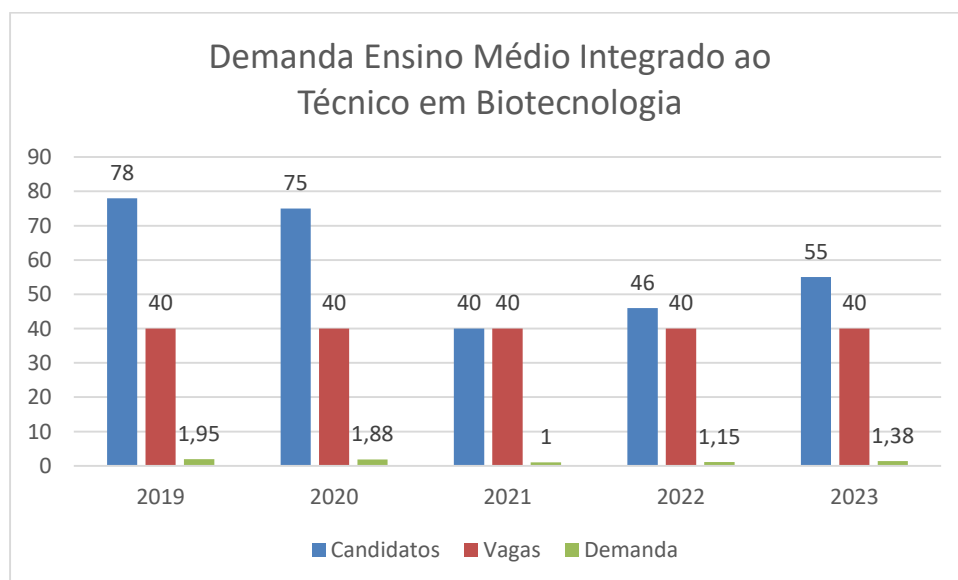
A demanda pelo curso apresenta estes indicadores:

Tabela 5 – Demanda do vestibulinho do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Biotecnologia

DEMANDA DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO TÉCNICO EM BIOTECNOLOGIA			
Ano	Candidatos	Vagas	Demanda
2019	78	40	1,95
2020	75	40	1,88
2021	40	40	1,00
2022	46	40	1,15
2023	55	40	1,38

Fonte: Site www.vestibulinhoETEC.com.br

Figura 7 – Demanda do Vestibulinho do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Biotecnologia



Fonte: Site www.vestibulinhoETEC.com.br

O curso apresentou nos seus dois primeiros anos uma demanda considera boa, maior que 1,5, em 2019 1,95 e em 2020 1,88 candidatos por vaga. Nos anos seguintes os indicadores caíram, devido a consequência da pandemia do COVID-19, mas no último vestibulinho apresentou uma melhora nos indicadores.

O outro indicador, o de aproveitamento, que considera a evasão escolar, o curso tem bons números:

Tabela 6 – Índices de aproveitamento do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Biotecnologia

Ano	Turma	Habilitação/Curso	Total de Alunos	Aprovados	Retidos	Desistências	Transferidos	Aproveitamento
2019	1ª Série	Ensino Médio Integrado ao Técnico em Biotecnologia	39	39	0	0	0	100,00%
2020	1ª Série	Ensino Médio Integrado ao Técnico em Biotecnologia	40	32	8	0	0	80,00%
	2ª Série	Ensino Médio Integrado ao Técnico em Biotecnologia	37	33	4	0	0	89,19%
2021	1ª Série	Ensino Médio Integrado ao Técnico em Biotecnologia	24	22	1	0	1	91,67%
	2ª Série	Ensino Médio Integrado ao Técnico em Biotecnologia	32	28	0	0	4	87,50%
	3ª Série	Ensino Médio Integrado ao Técnico em Biotecnologia	32	31	0	0	1	96,88%
2022	1ª Série	Ensino Médio Integrado ao Técnico em Biotecnologia	16	16	0	0	0	100,00%
	2ª Série	Ensino Médio Integrado ao Técnico em Biotecnologia	18	17	0	0	1	94,44%
	3ª Série	Ensino Médio Integrado ao Técnico em Biotecnologia	25	22	0	0	3	88,00%
2023	1ª Série	Ensino Médio Integrado ao Técnico em Biotecnologia	41	39	0	0	2	95,10%
	2ª Série	Ensino Médio Integrado ao Técnico em Biotecnologia	20	17	0	0	3	85,00%
	3ª Série	Ensino Médio Integrado ao Técnico em Biotecnologia	17	16	0	1	0	94,10%

Fonte: Banco de Dados BDCETEC

O aproveitamento escolar, o curso tem números acima 80%, números considerados muito bons, o que mostram que o curso tem boa aceitação entre os estudantes.

O Ensino Médio Integrado ao Técnico em Química é o mais recente curso entre os que a ETEC oferece. O profissional formado atua na operação, controle e monitoramento de processos industriais. Realiza amostragem, análises químicas, físico-químicas e microbiológicas. Avalia atividades do setor químico, nos limites de sua atuação. Controla a qualidade de matérias-primas, insumos e produtos finalizados. Desenvolve produtos e processos aplicando técnicas de segurança laboratorial. Compra e estoca matérias-primas, insumos e produtos em geral do setor químico e pode trabalhar em indústrias; laboratórios de ensino, de pesquisa e de desenvolvimento em indústrias ou empresas químicas, de calibração, de análise, controle de qualidade e ambiental; empresas de tratamento de águas e de efluentes; empresas de comercialização e assistência técnica; entidades de certificação de produtos; autônomo empreendedor.

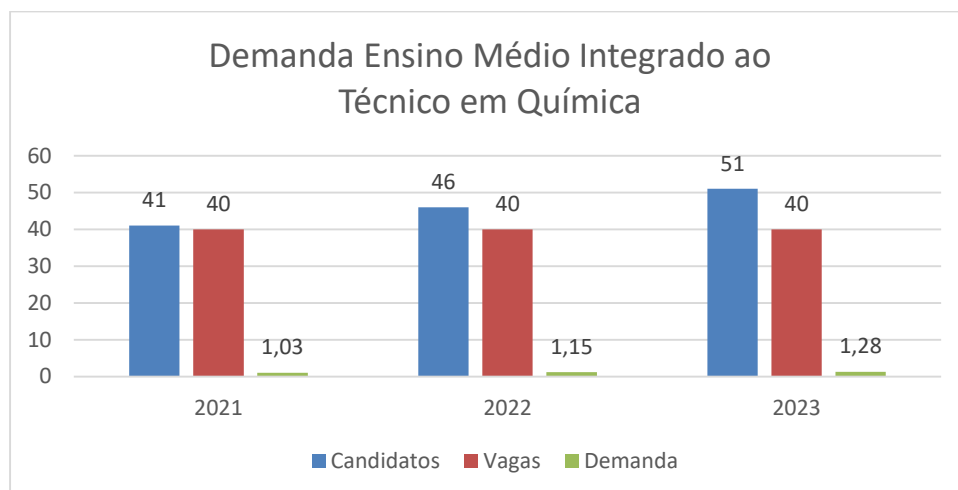
Com início em 2021 o curso terá sua primeira turma formada no final de 2023, e apresenta demanda os seguintes números:

Tabela 7 – Demanda do vestibulinho do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Química

DEMANDA DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO TÉCNICO EM QUÍMICA			
Ano	Candidatos	Vagas	Demanda
2021	41	40	1,03
2022	46	40	1,15
2023	51	40	1,28

Fonte: Site www.vestibulinhoETEC.com.br

Figura 8 – Demanda do Vestibulinho do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Química



Fonte: Site www.vestibulinhoETEC.com.br

Apesar de ser um curso a demanda por vagas apresenta uma crescente desde seu início, não apresenta ainda um indicador considerado bom pela instituição, mas apresenta tendência de chegar ao 1,5 candidato por vaga.

Já o aproveitamento escolar, o curso apresenta:

Tabela 8 – Índices de aproveitamento do Ensino Médio Integrado ao Técnico em

Química

Ano	Turma	Habilitação/Curso	Total de Alunos	Aprovados	Retidos	Desistências	Transferidos	Aproveitamento
2021	1ª Série	Ensino Médio Integrado ao Técnico em Química	24	20	3	0	1	83,33%
2022	1ª Série	Ensino Médio Integrado ao Técnico em Química	25	18	0	0	7	72,00%
	2ª Série	Ensino Médio Integrado ao Técnico em Química	30	25	0	0	5	83,33%
2023	1ª Série	Ensino Médio Integrado ao Técnico em Química	44	39	0	0	5	88,60%
	2ª Série	Ensino Médio Integrado ao Técnico em Química	37	29	0	0	8	78,40%
	3ª Série	Ensino Médio Integrado ao Técnico em Química	25	25	0	0	0	100%

Fonte: Banco de Dados BDCETEC

O aproveitamento escolar apresenta números acima de 70%, mas, porém, com números menores de 40 alunos por turmas nos primeiros anos. Esse cenário mudou em 2023, onde a 1ª série conta com 39 alunos matriculados.

De modo geral, os cursos do Ensino Médio Integrado ao Técnico apresentam números bons, demandas e concluintes dentro dos números mínimos que a instituição considera. Vale ressaltar que a pandemia do Covid-19 trouxe consequências não só para os estudos em si, mas também com reflexos na vida escolar.

6. A IMPORTANCIA DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO TÉCNICO NA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Segundo o Decreto nº 2.208/97, a Educação Profissional no Brasil estrutura-se da seguinte forma:

Art. 3º A Educação Profissional compreende os seguintes níveis: I básico - destinado à qualificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia;
II técnico - destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados e egressos do Ensino Médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este decreto; III tecnológico - correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do Ensino Médio e técnico.
(BRASIL, 1997)

É notório que a busca por uma Educação Profissionalizante está em constante crescimento. Isso ocorre porque essa modalidade de ensino não apenas visa proporcionar conhecimentos técnicos, mas também se preocupa em formar cidadãos preparados para ingressar no mercado de trabalho. Nesse sentido, a Educação Profissionalizante ganha destaque como um campo de extrema relevância, especialmente em países em desenvolvimento, nos quais a demanda por profissionais especializados e aptos a enfrentar os desafios de um mundo globalizado é cada vez mais evidente.

[...] portanto, toda a educação superior também poderia ser categorizada com Educação Profissional, uma vez que os estudantes de graduação superior também visam à obtenção de um diploma que lhes atribuirá prerrogativas profissionais especializadas.

Reconhecendo a validade semântica de tal argumento, é preciso reconhecer sua inutilidade prática. Falaríamos sozinhos caso chamássemos a formação de médicos e advogados, por exemplo, de Educação Profissional. No Brasil, o conceito de Educação Profissional é instantaneamente associado à formação de trabalhadores e, embora todos os profissionais possam ser considerados trabalhadores, na cultura brasileira, a categoria trabalhadora parece inadequada para se referir aos bacharéis. (MORAES; ALBUQUERQUE, 2019, p. 12)

Diversos países têm adotado a Educação Profissionalizante há bastante tempo, reconhecendo a importância de formar indivíduos especializados em diversas áreas de trabalho. Dois exemplos notáveis são a Alemanha e o Japão. Na Alemanha, já em 1875, foi observado que a falta de formação profissional estava afetando negativamente a produtividade industrial e a qualidade dos produtos destinados ao mercado internacional. Diante dessa constatação, durante o período bismarckiano, foi implementada uma sólida Educação Profissional e técnica para preparar a população.

No Japão, desde 1872, o ensino fundamental tornou-se obrigatório para crianças de ambos os sexos. Após a Restauração Meiji, o país expandiu significativamente sua educação, incluindo tanto o ensino geral quanto o técnico, e passou a desenvolver cursos técnicos e centros de pesquisa especializados.

Em contrapartida, o Brasil demorou mais tempo para reconhecer a necessidade de investir no desenvolvimento da Educação Profissional. A atenção a esse setor foi dada de forma mais tardia em nossa história (GILIO, 2000, p. 23).

É possível mencionar que uma das consequências mais drásticas da inserção precoce dos jovens no mercado de trabalho consiste na falta de proteção legal, o que permite que estes trabalhem mais e ganhem menos. (ALVES-MAZZOTTI, 2002).

Diante disso, esclareceremos sobre como a legislação brasileira trabalhista prevê o direito de o jovem exercer uma profissão. De acordo com o artigo 403 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT): É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos. Parágrafo único. O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

É evidente que, diante dessa realidade, a Educação Profissional tem enfrentado uma falta de reconhecimento em comparação a outras categorias de ensino, como o ensino superior. Enquanto o ensino superior recebe investimentos e apoio para o seu desenvolvimento, a Educação Profissional muitas vezes é negligenciada, resultando na falta de recursos e oportunidades para que as pessoas possam investir nessa modalidade de ensino.

[...] não há, na legislação do Estado brasileiro, a responsabilidade constitucional ou legal de financiamento da Educação Profissional, ou seja, ao contrário dos diversos níveis educacionais que possuem, inclusive, recursos vinculados ou fundos de manutenção e desenvolvimento, a Educação Profissional permanece sem garantia e sem destinação de recursos próprios necessários para a sua consecução, dependendo, anualmente, das dotações orçamentárias ou de programas especiais financiados por convênios internacionais, como o PROEP. Depende, portanto, a efetiva materialização da Educação Profissional da definição de instâncias e estratégias de coordenação e articulação das políticas de educação básica e a estabilidade dos programas e ações. (KUENZER; GRABOWSKI, 2006)

A Educação Profissional representa uma oportunidade significativa para aqueles que não tiveram acesso à educação universitária. Ela desempenha um papel fundamental

ao abrir portas para o mercado de trabalho, permitindo que os indivíduos alcancem novos patamares em suas vidas. Como destaca Ramos (2014, p. 90): "O trabalho também se constitui como prática econômica, obviamente porque nós garantimos nossa existência, produzindo riquezas e satisfazendo necessidades. Na sociedade moderna, a relação econômica se torna o fundamento da profissionalização."

Além de sua importância para a inserção no mercado de trabalho, a Educação Profissional proporciona um desenvolvimento que vai muito além de simples técnicas e procedimentos mecânicos.

[...] a Educação Profissional não é meramente ensinar a fazer e preparar para o mercado de trabalho, mas é proporcionar a compreensão das dinâmicas sócioprodutivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas. (RAMOS, 2014, p. 91)

E ainda complementando,

Se pela formação geral as pessoas adquirem conhecimentos que permitam compreender a realidade, na formação profissional o conhecimento científico adquire, para o trabalhador, o sentido de força produtiva, traduzindo - se em técnicas e procedimentos, a partir da compreensão dos conceitos científicos e tecnológicos básicos que o possibilitarão à atuação autônoma e consciente na dinâmica econômica da sociedade (RAMOS, 2014, p. 92).

A Educação Profissional desempenha um papel fundamental na transformação do indivíduo, influenciando não apenas sua capacitação técnica, mas também seu crescimento pessoal. Isso se traduz em um desenvolvimento mais completo como cidadão e em sua capacidade de contribuir de maneira significativa para a sociedade. Através da Educação Profissional, um indivíduo adquire habilidades essenciais que vão além do conhecimento técnico, tais como autonomia, senso crítico, responsabilidade e organização. Esses atributos desempenham um papel crucial em sua vida cotidiana e o capacitam a enfrentar com sucesso os desafios que a sociedade moderna apresenta. Dessa forma, a Educação Profissional não apenas prepara os indivíduos para suas carreiras, mas também os torna cidadãos mais bem equipados para lidar com as complexidades do mundo contemporâneo.

6.1. PESQUISA COM INGRESSANTES E EGRESSOS DA ETEC PROF. CARMELINO CORRÊA JÚNIOR.

Foi realizada uma pesquisa com os alunos ingressantes e os alunos egressos do Ensino Médio Integrado ao Técnico. Os alunos pesquisados foram dos três cursos ofertados pela ETEC Professor Carmelino Corrêa Junior. O Ensino Médio Integrado ao Técnico em Agropecuária, o Ensino Médio Integrado ao Técnico em Biotecnologia e o Ensino Médio Integrado ao Técnico em Química.

Os alunos ingressantes, foi enviada para 151 alunos o questionário, desses, 89 responderam o questionário. Dos alunos egressos foram enviados a 95 alunos, 62 responderam.

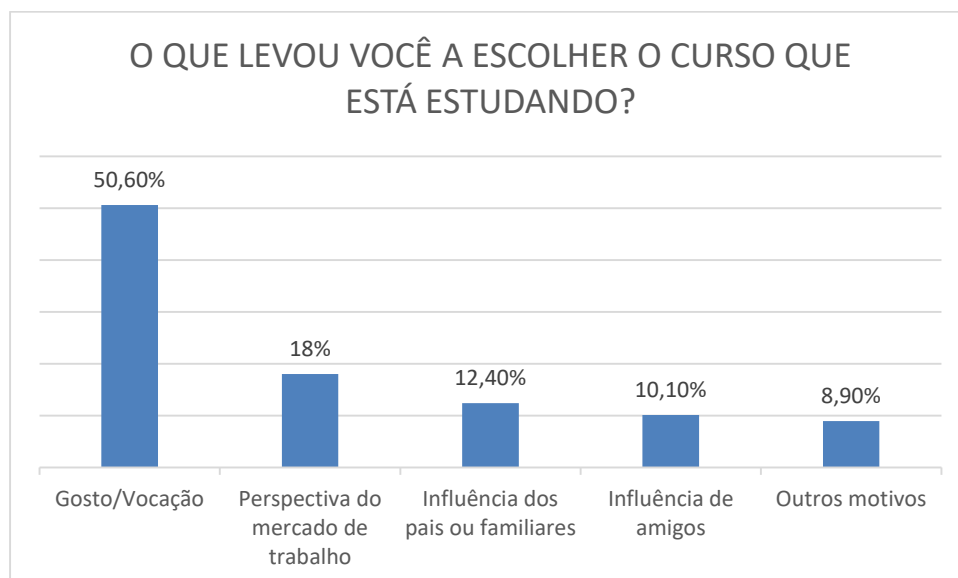
Também foi enviado um questionário a 20 empregadores dos jovens que fazem os cursos integrados, somente 9 responderam.

Primeiramente analisando as respostas dos alunos ingressantes, temos os seguintes resultados:

O questionário foi respondido por 34 alunos do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Química (38,2%), 31 pelos alunos Ensino Médio Integrado ao Técnico em Agropecuária (34,8%) e 24 alunos do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Biotecnologia (27%).

A pesquisa procurou saber qual o motivo que levou os ingressantes a escolar o curso. As respostas foram:

Figura 9 – Qual motivo você escolheu o curso que está estudando?



Fonte: Elaborado pelo autor.

O maior percentual foi a procura dos ingressantes por gosto/vocação, com 50,6%

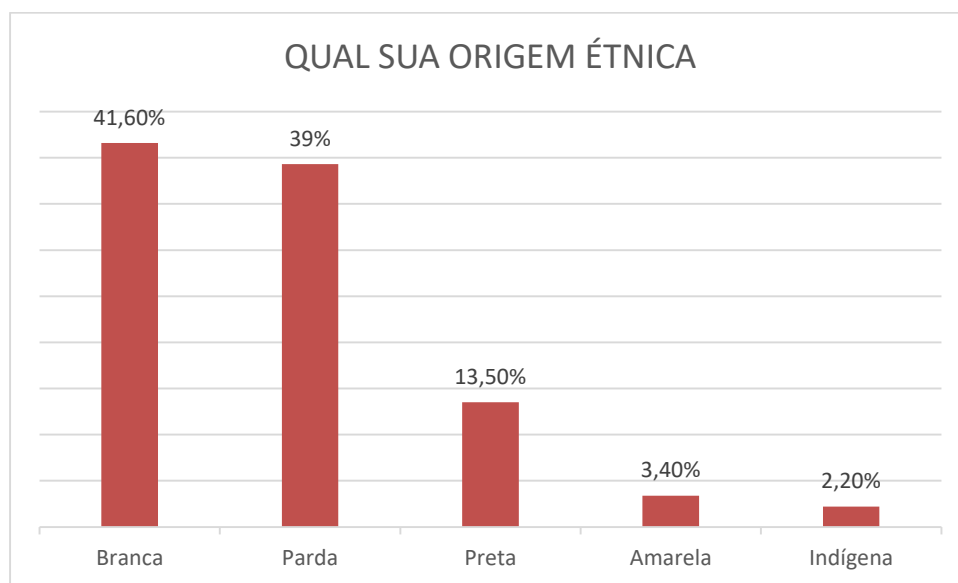
das respostas e em seguida com 18% a perspectiva do mercado de trabalho. Nesse ponto podemos destacar que os jovens já pensam ao ingressar no Ensino Médio a perspectiva disso influenciar na entrada no mercado de trabalho.

Outro fator relevante na pesquisa, é quanto a escola anterior ao ingressante, se era escola pública ou particular. A grande maioria, 96,6%, ou seja, 86 alunos vieram de escola pública, outros 3, 3,4% de escola particular. Esse número também chama a atenção no tocante que a maioria que busca uma formação integrado ao curso técnico vem de escola pública. Os ingressantes, a maioria tem 15 anos, 75,3% e 24,7% tem mais de 15 anos. A maioria é do sexo feminino, com 61,8% e os homens são 38,2%.

Também foi pesquisado se os alunos ingressantes tem filhos, somente 3, ou seja 3,4% tem filhos.

Sobre a origem étnica, foram obtidos os seguintes resultados:

Figura 10 – Como o ingressante classifica sua origem étnica

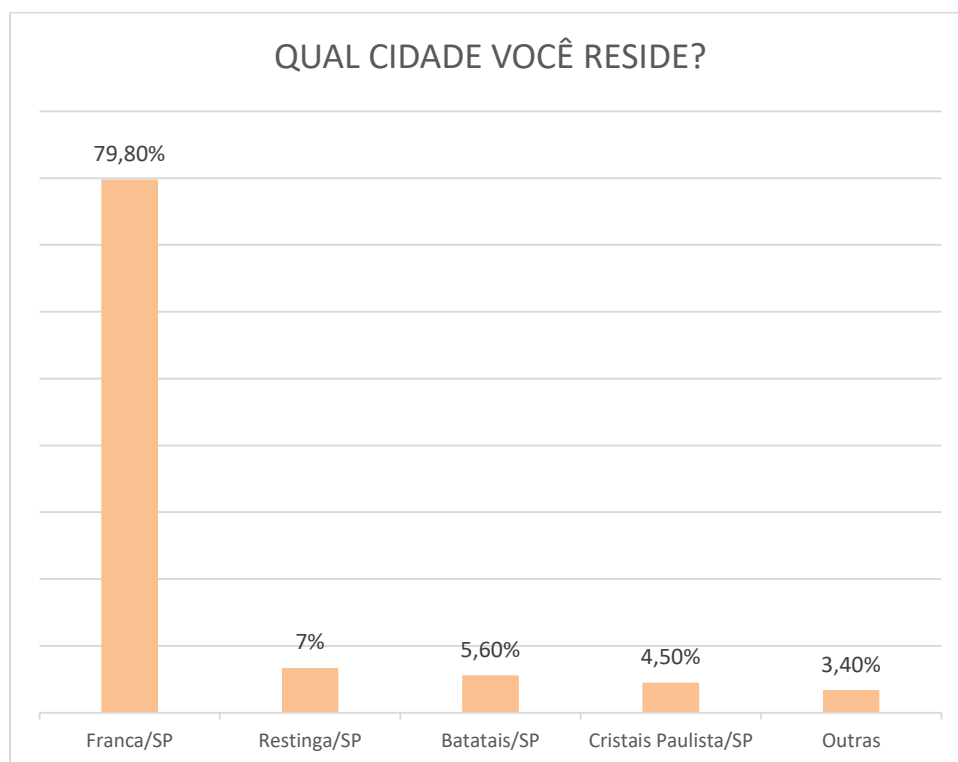


Fonte: Elaborado pelo autor.

A maioria se declara branca, 41,6%, depois vem os que se declaram pardos 39,3%, e pretos com 13,5%, amarelos são 3 declarantes, 3,4% e indígenas 2,2%, ou seja 2.

A maior parte dos alunos são residentes em Franca, com 71 respostas, depois Restinga, Batatais, Cristais Paulista e demais cidades do entorno de Franca.

Figura 11 – Em qual cidade você reside



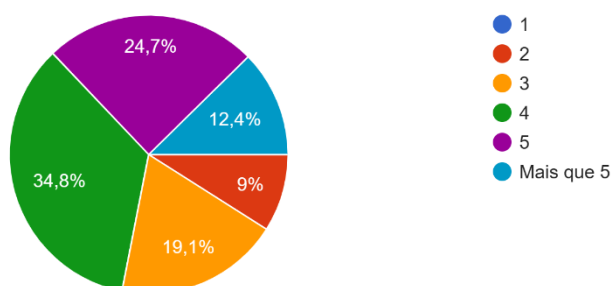
Fonte: Elaborado pelo autor.

Sobre quantas pessoas residem junto ao aluno, a maioria das famílias é composta por ele e mais 4 pessoas, 34,8% e depois com o aluno e mais 5 pessoas, 24,7%

Figura 12 – Quantas pessoas residem junto ao aluno ingressante

Contando com você, quantas pessoas moram na sua residência?

89 respostas



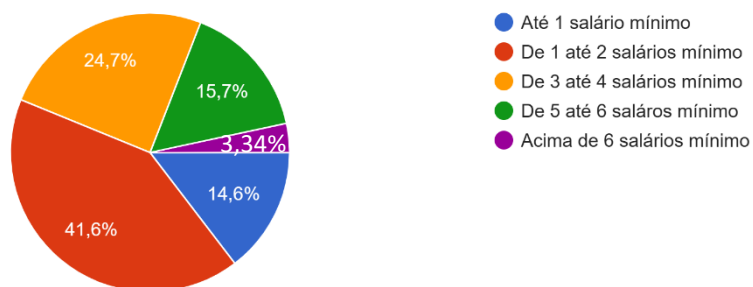
Fonte: Elaborado pelo autor.

Sobre a renda total da família, a maioria de 41,6% é de 1 até 2 salários mínimos, e depois de 3 a 4 salários com 24,7%.

Figura 13 – Qual a renda total da família do ingresso na ETEC Prof. Carmelino Corrêa Junior

Qual a renda total de todas das pessoas que moram na sua residência?

89 respostas



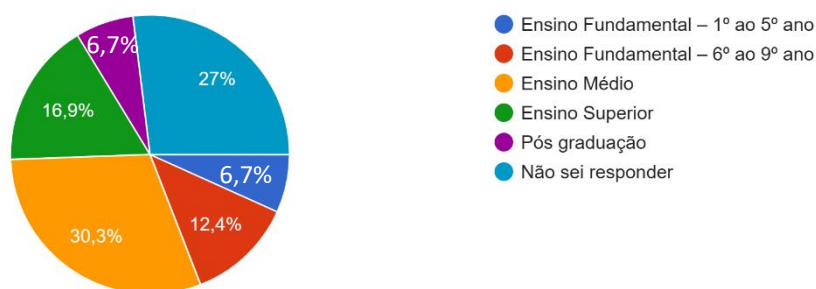
Fonte: Elaborado pelo autor.

Sobre o nível de formação escolar dos pais, tem o Ensino Médio completo, 30,3%.

Figura 14 – Escolaridade dos pais dos alunos ingressantes

Qual o nível de formação escolar de seus pais?

89 respostas



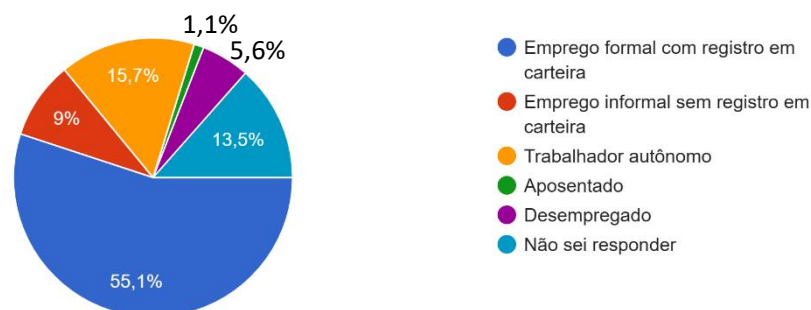
Fonte: Elaborado pelo autor.

No tipo de emprego que os pais tem, a maioria de 55,1% aponta que os pais tem emprego forma com registro em carteira e outros 15,7% os pais são autônomos.

Figura 15 – Tipo de emprego dos pais dos alunos ingressantes

Qual o tipo de emprego que seus pais têm?

89 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor.

Outro índice relevante, é o acesso a internet. Dos entrevistados, 61,8% tem acesso em casa ou pelo celular, 33,7% tem acesso em casa, 2,2% tem acesso pelo celular e somente 2,2% não tem acesso a internet.

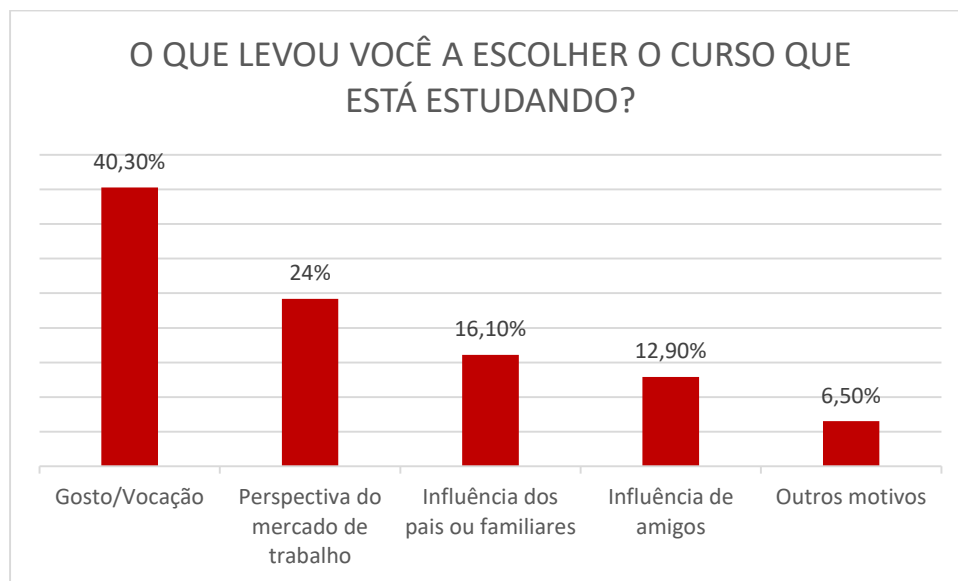
Agora fazendo uma análise sobre o mercado de trabalho dos alunos ingressantes, temos que 91% não trabalham atualmente, 7,9 %estão trabalhando, porém em outra área do curso que estuda, e somente 1,1% está trabalhando na área que estuda.

Analisando as respostas dos alunos egressos, temos o seguinte cenário:

Dos 62 egressos que responderam, 29 cursaram o Ensino Médio Integrado ao Técnico em Agropecuária, 46,8% das respostas. 33,9%, 21 alunos cursaram o Ensino Médio Integrado ao Técnico em Química e 12 alunos cursaram o Ensino Médio Integrado ao Técnico em Biotecnologia, 19,3%.

Quando eles iniciaram o curso, o motivo que os levaram a escolher o curso foram:

Figura 16 – Qual o motivo que os egressos escolheram o curso



Fonte: Elaborado pelo autor.

A maioria escolheu por gosto e vocação, seguido por perspectiva do mercado de trabalho, influência dos pais ou familiares e influência de amigos.

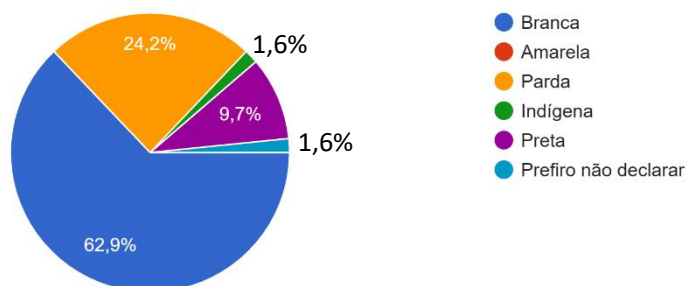
Dos egressos, 93,5% vieram de escolas públicas e 6,5% de escolas particulares e dos que responderam, 75,8% tem 17 anos e 24,2% já tem 18 anos.

A maioria dos egressos, comparando com os ingressantes também é do sexo feminino, 51,6% contra 45,2% do sexo masculino.

Sobre se os alunos egressos tem filhos, 100% informam não ter filhos.

Figura 17 – Como os egressos classificam sua origem étnica

Qual sua origem étnica
62 respostas

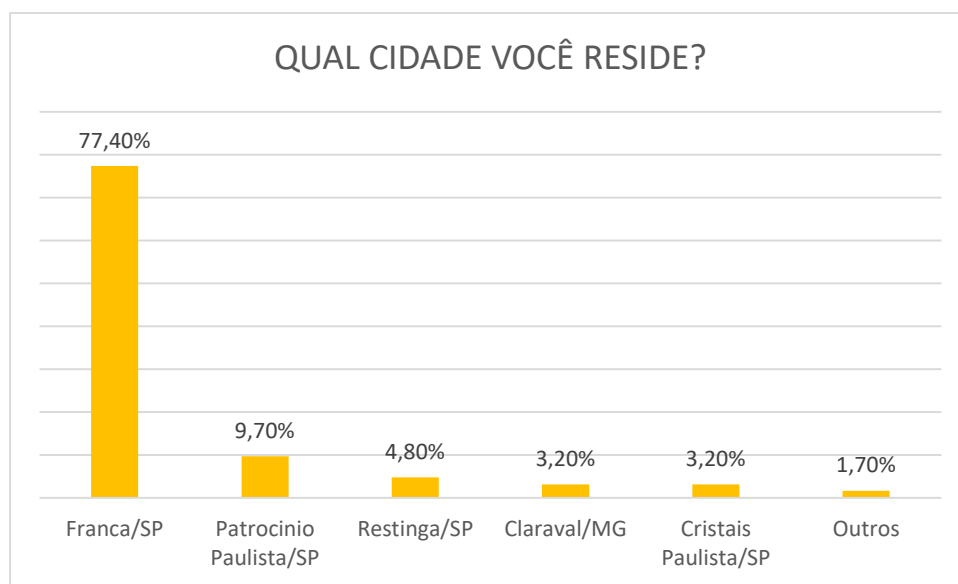


Fonte: Elaborado pelo autor.

Sobre a origem étnica, 62,9% se consideram brancos, 24,2% pardos, 9,7% pretos e 1,6% indígena.

Dos alunos egressos, a maioria também reside na cidade de Franca, seguido pelas cidades da região: Patrocínio Paulista, Restinga, Cristais Paulista, Claraval.

Figura 18 – Qual cidade os alunos egressos residem

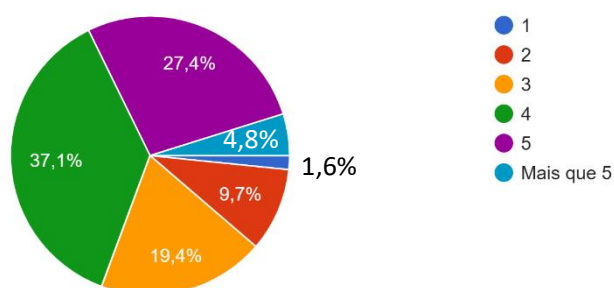


Fonte: Elaborado pelo autor.

Também próximo aos números dos ingressantes, na quantidade de pessoas que moram na residência junto ao aluno, a maioria ficou com 4 e 5 pessoas.

Figura 19 – Quantas pessoas moram junto com os alunos egressos

Contando com você, quantas pessoas moram na sua residência?
62 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor.

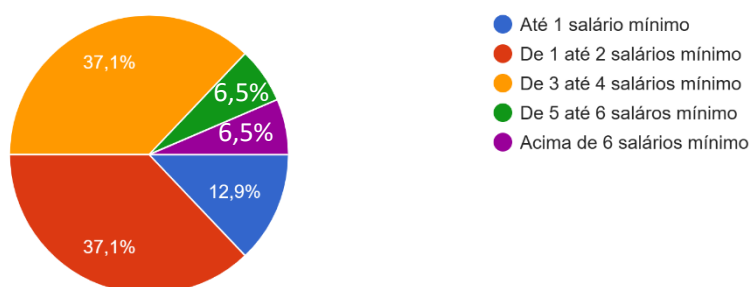
A renda total das pessoas que moram na mesma residência dos alunos egressos também ficou próxima dos números dos alunos ingressantes. De 1 até 2 salários mínimos

37,1% e também 37,1% de 3 a 4 salários mínimos.

Figura 20 – Qual a renda total da família dos alunos egressos

Qual a renda total de todas das pessoas que moram na sua residência?

62 respostas



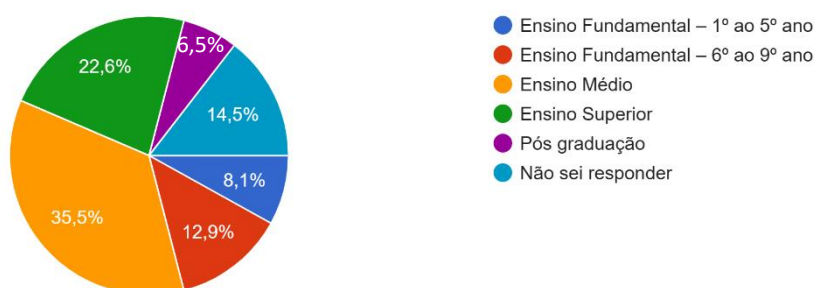
Fonte: Elaborado pelo autor.

A respeito do nível de formação escolar dos pais, os alunos egressos informam que a maioria 35,5% tem o Ensino Médio e 22,6% tem Ensino Superior.

Figura 21 – Qual a formação dos pais dos alunos egressos

Qual o nível de formação escolar de seus pais?

62 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor.

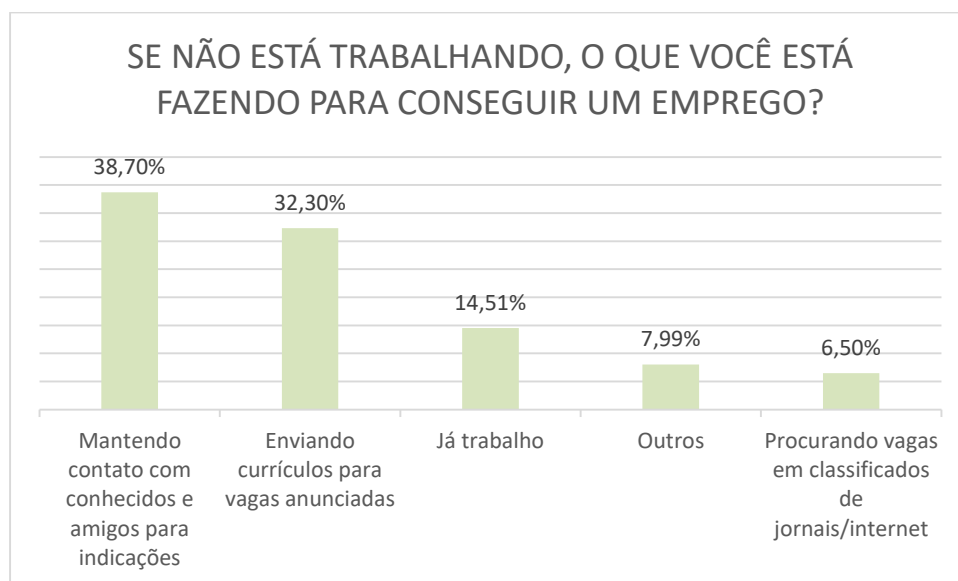
Sobre a ocupação dos pais, 54,8% informam que eles tem emprego formal com registro em carteira, 29% são trabalhadores autônomos.

O acesso a internet, 100% dos alunos egressos tem, sendo 72,6% em casa e no celular e 27,4% em casa.

Analisando se os alunos egressos estão trabalhando ou estagiando, a maioria não está trabalhando, 64,5%, mas 33,9% está trabalhando na área em que está estudando e 1,6% está trabalhando, porém fora da área que estuda.

E se caso o aluno egresso não está trabalhando, o que ele está fazendo para conseguir um emprego ou estágio?

Figura 22 – Como os alunos egressos estão buscando oportunidades de emprego



Fonte: Elaborado pelo autor

A maioria dos alunos egressos está mantendo contatos com amigos e conhecidos para indicação, 38,7%, outros 32,3% estão enviado currículos para vagas anunciadas.

Aos que estão trabalhando, 16,1% dos alunos conseguiram através de indicação de amigos ou parentes.

Figura 23 – Como os alunos egressos conseguiram as oportunidades de emprego



Fonte: Elaborado pelo autor

Para os egressos também foi perguntado qual foi a maior dificuldade para obter a primeira oportunidade de emprego. Essa pergunta foi feita de forma qualitativa, deixando os egressos responderem sem opções de respostas. Dentre as respostas, algumas chamam a atenção:

Figura 24 – Respostas quanto a dificuldade dos egressos no primeiro emprego

Se você está trabalhando ou fazendo estágio, quais foram as maiores dificuldades para obter a primeira oportunidade?

Acho que a parte de seleção

Aprender comercial

Não ter experiência na área do comércio

Encontrar uma oportunidade na qual eu pudesse conciliar os estudos e a minha vida profissional

o meu primeiro emprego foi em uma fazenda na área que estou estudando... a dificuldade que encontrei foi só de me acostumar com a rotina mesmo, pois lá tive vários conhecimentos tanto na prática e na teórica, agora nesse outro emprego que estou, não tem nada ver com essa área

Fonte: Elaborado pelo autor

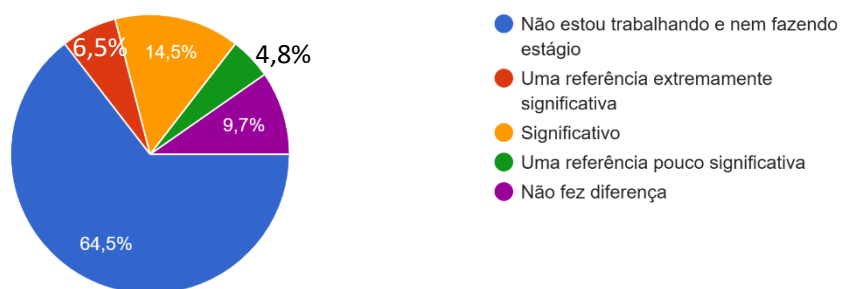
Pelas respostas dos alunos, nota-se que as dificuldades são em relação a adaptação

ao emprego, eles não apontam falta de conhecimento técnico ou de habilidades relativas a prática profissional.

Figura 25 – Consideração do Ensino Médio Integrado ao Ensino Técnico no ingresso ao mercado de trabalho.

Se você está trabalhando ou fazendo estágio, ao ingressar no mercado de trabalho, o Ensino Médio Integrado ao Ensino Técnico foi?

62 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor

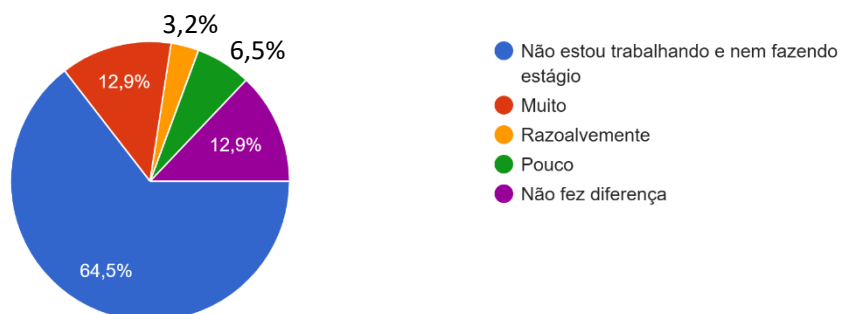
Quanto a relevância do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Técnico a maioria dos alunos que trabalham consideram que foi significativo.

E também foi perguntado quando que a ETEC contribuiu para seu desempenho profissional.

Figura 26 – Contribuição da ETEC na formação profissional dos alunos

Se você está trabalhando ou fazendo estágio, a formação dada pela Etec contribuiu para o meu desempenho profissional?

62 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor

Dos alunos egressos que trabalham, 12,9% consideram que a ETEC contribuiu muito para seu desempenho profissional.

Também foi perguntado aos egressos, se eles recomendariam fazer os cursos oferecidos pela ETEC. De forma qualitativa, tivemos algumas respostas a considerar:

Figura 27 – Respostas dos egressos quanto a recomendação de fazer os cursos oferecidos pela ETEC

Você recomendaria fazer os cursos oferecidos pela Etec? Porque?

Sim, porque aprende muito e faz uma grande diferença pra quem gosta e quer trabalhar na área

Sim, os cursos ajudam muito para ingressar no mercado de trabalho

sim, pois são significativos para seu currículo, assim influenciando na entrada do mercado de trabalho.

Sim, ajuda muito no conhecimento no aprendizado se a pessoa gosta da área ou até quem não sabe o que quer ser depois que acaba a escola ajuda a se identificar na área do curso

Sim, para ter conhecimento da área

sim, pq dá uma base técnica e prática essencial para a prática do trabalho

Sim

sim, é uma ótima oportunidade que todos que gostam desse meio deveriam aproveitar

Sim, faz grande diferença, aprender nunca é de mais

Sim, pois nos dá uma oportunidade no mercado de trabalho

Sim, pois eles são muito bons e tem muito a agregar, principalmente para quem gosta da área

Sim, é muito bom o ensino, porque ajuda muito e eles propõe muita coisa.

Sim, pois nos agrega muito conhecimento, além de pessoal, para uma evolução no mercado de trabalho e na área que estou estudando.

sim, pelo conhecimento pelo oq a escola tem a oferecer para aprendizado, e ajudar no mercado de trabalho.

Sim, Pois para quem quer ter mais conhecimento e experiência na área, o ensino da etec é fundamental, recomendo principalmente integrar o ensino médio com o curso, pois você terá dois diplomas e mais oportunidades!

sim, pois são cursos muito bons com vários professores técnicos na área.

Sim, pois são cursos práticos e profissionalizantes. Faz muita diferença ao entrar para o mercado ou faculdade, pois você já começa sabendo alguma coisa.

Óbvio, eles abrem portas para a vida profissional

Sim, por que dá vantagens no mercado de trabalho

Sim, porque são cursos que abrangem e abrem diversas áreas para seu futuro.

sim, os cursos oferecem muitas aulas boas para o nosso futuro

sim, pois tem ótimos educadores que estudaram e trabalham sobre os assuntos passados em sala de aula

Sim, são cursos excelentes, com conteúdos que nos ajudam a evoluir não só pessoalmente, mais como pessoa.

Sim porque além da ótima educação escolar, também somos preparados para o mercado de trabalho

Sim, alem de ser bem legal as aulas praticas tem preofessores muito bons que realmente ensinam.

Sim, pois são cursos que oferecem muito conhecimento.

sim, uma ótima oportunidade de aumento tanto curricular quanto conhecimento

Sim, por que são oportunidades que a gente não vai ter mais, vc aprende coisas novas

pois da uma alavancada no seu curriculo

Sim. Abre muitas oportunidades de emprego

Sim!! Porque são cursos muito bons e você adiquere muito conhecimento

Sim, pois é muito importante

Sim, e curso muito versátil para várias areas

Fonte: Elaborado pelo autor

É perceptível nas respostas dos alunos egressos que eles reconhecem a importância do curso, suas vantagens em relação ao mercado de trabalho e a competência da escola e de seus professores.

Sobre as respostas dos empregadores, a maioria dos que responderam são empresários do comércio, do ramo agropecuário e também alguns proprietários de fazendas. Tivemos algumas respostas relevantes, que afirmam a importância do Ensino Médio Integrado a Formação Técnica. Algumas respostas para confirmar essa afirmação.

Figura 28 – Respostas dos empregadores quanto a formação dos alunos pela ETEC

A formação profissional dos alunos e ex-alunos da Etec atende às necessidades da empresa?

Sim

Perfeitamente

Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 29 – Opinião dos empregadores quanto a contribuição da ETEC para o desenvolvimento da região

O ensino médio integrado ao ensino técnico oferecido pela Etec a seu ver, contribui para o desenvolvimento da região?

Sim

certamente

Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 30 – Respostas dos empregadores quanto as qualidades dos alunos da ETEC

Informe três qualidades que os alunos e ex-alunos da Etec geralmente apresentam.

Conhecimento, vontade de aprender e trabalho em equipe

Conhecimento, humildade e simpatia

Bom de serviço, conhecimento da área

atencioso, ativo, com conhecimento

responsável, cumpre tarefas, esforço

conhecimento, atenção responsabilidade

Fonte: Elaborado pelo autor

É notório que os empregadores estão satisfeitos com a formação dos alunos que cursam o Ensino Médio Integrado a Ensino Técnico.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção precoce dos jovens no mercado de trabalho reflete uma necessidade crescente em função das atuais condições sociais e econômicas do Brasil. Conforme argumentam Saviani et al. (2004), a trajetória histórica das relações de trabalho está intrinsecamente ligada ao modo como os indivíduos garantem sua subsistência e enfrentam as mudanças nas estruturas sociais e econômicas.

A estratificação das classes sociais no Brasil influenciou significativamente o desenvolvimento do sistema educacional, gerando uma dualidade estrutural que pode ser rastreada desde os primórdios da Educação Técnica no país. O sistema educacional brasileiro, desde o seu início, tem demonstrado uma divisão entre o ensino propedêutico, que visa a preparação para a continuidade dos estudos no ensino superior, e o ensino profissionalizante, que se concentra na capacitação técnica imediata para o mercado de trabalho.

O Ensino Médio Integrado a Formação Técnica serve como uma solução para essa dualidade, oferecendo aos alunos não apenas uma certificação profissional ao término do Ensino Médio, mas também uma via de acesso ao ensino superior. Essa abordagem busca atenuar a tensão entre a formação acadêmica e a formação técnica, promovendo uma educação que busca conciliar e integrar esses dois aspectos e, assim, ampliar as perspectivas profissionais e acadêmicas dos jovens.

Para quem busca ingressar no mercado de trabalho, a Educação Técnica se estabelece como uma ferramenta essencial para conquistar o primeiro emprego. Além disso, para os profissionais já inseridos no mercado, a formação técnica oferece uma vantagem crucial em tempos de crise. Em períodos de instabilidade econômica, as empresas frequentemente optam por manter aqueles que apresentam maior produtividade e habilidades técnicas, tornando a qualificação técnica um diferencial significativo para a retenção no emprego.

A formação técnica oferece um leque de oportunidades em diversos ramos profissionais, alinhando-se às necessidades das empresas e às demandas do mercado brasileiro. Com uma Educação Técnica de qualidade, os profissionais adquirem as competências necessárias para enfrentar desafios específicos e contribuir de forma eficiente em seus campos de atuação, conforme os empregadores dos alunos demonstraram nas respostas do questionário.

O objetivo proposto por esse trabalho era analisar a importância do Ensino Médio

integrado a formação técnica na Inserção dos jovens ao mercado de trabalho, e de forma mais específica para os alunos da ETEC Prof. Carmelino Corrêa Júnior de Franca.

Durante o estudo e principalmente após a aplicação do questionário com os alunos egressos, ficou evidente que o Ensino Médio Integrado ao Curso Técnico é um diferencial quando eles pretendem iniciar sua trajetória no mercado de trabalho. As competências e habilidades adquiridas durante o curso são vantagens frente a falta de experiência dos jovens.

A pesquisa realizada com ingressantes e egressos da ETEC Professor Carmelino Corrêa Júnior oferece uma visão abrangente sobre o perfil dos alunos e a eficácia dos cursos oferecidos pela instituição. Os dados revelam que a maioria dos ingressantes vem de escolas públicas, tem 15 anos, e é predominantemente feminina. A escolha dos cursos é motivada principalmente pelo interesse pessoal e pela perspectiva de mercado de trabalho, indicando uma consciência precoce sobre a importância da formação técnica para a futura inserção profissional.

Os alunos egressos, por sua vez, mostram um padrão semelhante em termos de origem e perfil socioeconômico, com uma distribuição equitativa de renda familiar e acesso a internet. A maior parte dos egressos não está empregada, mas aqueles que conseguiram trabalho frequentemente o fazem na área de formação. As dificuldades relatadas para conseguir o primeiro emprego estão mais relacionadas à adaptação ao ambiente de trabalho do que à falta de conhecimento técnico.

A análise das respostas dos empregadores corroborou a eficácia do modelo de Ensino Médio Integrado ao Técnico, destacando a preparação adequada dos alunos para o mercado de trabalho e a contribuição positiva da ETEC para o desenvolvimento regional. A satisfação dos empregadores com a formação recebida pelos alunos reforça a importância do currículo integrado, que combina educação técnica e acadêmica, proporcionando uma base sólida para a inserção no mercado de trabalho.

A pesquisa evidencia que o Ensino Médio Integrado a Formação Técnica, em especial na ETEC Professor Carmelino Corrêa Júnior, está cumprindo seu papel ao oferecer uma formação técnica de qualidade que prepara os alunos para enfrentar os desafios do mercado de trabalho e contribuir para o desenvolvimento regional. A continuidade e o aprimoramento desse modelo educacional são fundamentais para assegurar que os futuros profissionais se destaquem em suas áreas de atuação.

Em suma, a pesquisa demonstra que a ETEC Professor Carmelino Corrêa Júnior

desempenha um papel crucial na formação técnica e acadêmica dos alunos, preparando-os para desafios futuros e contribuindo para o desenvolvimento regional. A satisfação dos empregadores e a adequação da formação técnica são aspectos positivos, mas é importante continuar a ajustar e melhorar os programas para atender às necessidades dos alunos e do mercado de trabalho. O modelo de ensino integrado é eficaz, e a continuidade e o aprimoramento desse modelo garantirão que a ETEC continue a proporcionar valor significativo para seus alunos e para a comunidade.

A pesquisa feita traz uma referência no Planejamento e Análise de Políticas Públicas voltadas para a Educação Técnica. Mostra que as ações devem ser feitas de modo que o produto final seja a competência que os alunos, produtos dessa educação, adquirem e as usem no seu trabalho, e isso é um diferencial na inserção dos jovens no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

BANCO DE DADOS CETEC (BDCETEC). Unidade do Ensino Médio e Técnico do Centro Paula Souza (CETEC) – Banco de dados do Centro Paula Souza. *BDCETEC*, 2023. Disponível em: <<http://bdcETEC.cpscETEC.com.br/index.php>>. Acesso em: 02 mai. 2023.

_____. Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 26 de julho de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 04 set. 2022.

_____. Decreto nº. 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei federal nº. 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec2208.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2022

_____. Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm>. Acesso em: 28 mai. 2023.

_____. Franca. IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/franca.html>. Acesso em 23 mai 2024

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 1961. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 04 set. 2022.

_____. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm. Acesso em 23 mai 2023

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de

1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 10 nov 2022

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 04 set. 2022.

_____. Projeto Político Pedagógico da ETEC Professor Carmelino Corrêa Júnior. Franca, maio 2023. Disponível em: <<https://ppgcETEC.cps.sp.gov.br/sistema/painel/ppg/introducao>> Acesso em: 07 ago. 2023.

_____. Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file>>. Acesso em: 15 abr. 2023

BRASIL. Catálogo Brasileiro de Ocupações (CBO). Ministério do Trabalho. Brasília: 2022. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>>. Acesso em: 17 out. 2022.

BRASIL. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Ministério da Educação. 4. ed. Brasília: 2022. Disponível em: <<http://cnct.mec.gov.br/cnct-api/catalogopdf>>. Acesso em: 21 nov. 2023.

BRASIL. Lei n. 13.005. Plano Nacional de Educação (PNE) Brasília, DF, 26 jun. 2014, Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em 04 set 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego – Estatística 2024. Disponível em: <http://www3.mte.gov.br/caged/2010_04/default.asp>. Acesso em 07 mai 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego – Histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/68731-historico-da-educacao-profissional-e-tecnologica-no-brasil>>. Acesso em 27 jul 2022.

CARUSO, Luiz Antonio Cruz; POSTHUMA, Anne Caroline Posthuma. Subsídios para a formulação de políticas públicas de juventude no Brasil. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/210107_bmt_70_dossie_a3.pdf. Acesso em 09 set 2022.

CASTANHO, Sérgio. Formação para o trabalho em quatro séculos de escravidão. In: ALVES, Ana Elizabeth Santos; LIMA, Gilneide de Oliveira Padre; CAVALCANTI JR., Manoel Nunes (Org.). Interfaces entre história, trabalho e educação. Campinas: Alínea, 2009

CENTRO PAULA SOUZA (CPS). Sobre o Centro Paula Souza. CPS, 2023. Disponível em: < <https://www.cps.sp.gov.br/institucional/sobre-o-centro-paula-souza/> > Acesso em: 28 mai. 2024.

CENTRO PAULA SOUZA (CPS). Todos os Cursos Oferecidos. CPS, 2023. Disponível em: < <https://www.cps.sp.gov.br/ETEC/cursos-oferecidos-pelas-ETECs/> > Acesso em: 7 ago. 2022.

CIAVATTA, M. RAMOS, M. Ensino médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em 10 abr 2022

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. Retratos da Escola,[S. l.], v. 5, n. 8, p. 27–41, 2012. DOI: 10.22420/rde.v5i8.45. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/45>. Acesso em: 16 jul. 2022.

CUNHA, L. A. O ensino profissional na irradiação do industrialismo [online]. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005. SciELO Books Disponível em:< <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/14411/12712> >. Acesso em 11 mai 2022.

Dye, Thomas D. (1984) Understanding Public Policy. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall.

FRIGOTTO, G. Juventude e Sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação. Organizadores: Regina Novaes e Paulo Vannuchi. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (2005) A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restritiva.

GARCIA, S. R. de O. O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil. In: Trabalho e Crítica. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. <http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoemperspectiva/index.php/ppgeufv/article/viewFile/67/47>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html> >. Acesso em: 04 jun. 2024

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: 2024. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html> >. Acesso em: 04 jun. 2024.

KUENZER, A. Z. (Org.). Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

KUENZER, A. Z.; GRABOWSKI, G. A gestão democrática da Educação Profissional: desafios para sua construção. IN: Ensino médio integrado à Educação Profissional. Programa Salto para o Futuro. TV escola. Boletim 07, p.16-28, maio/junho de 2006. Disponível em: <<http://www.tvebrasil.com.br/salto/>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

LACERDA, N. Educação é a Solução para o Desenvolvimento de Todos. Universo Jurídico, Juiz de Fora, ano XI, 22 de ago. de 2008. Disponível em: <http://uj.novaprolink.com.br/doutrina/5722/Educacao_e_a_Solucao_para_o_Developmen_to_de_Todos>. Acesso em: 21 mar. 2023.

LIVEIRA, Ramon de; ALFREDO, M. A expansão do ensino médio: escola e democracia. Revista: Retratos da Escola. Brasília: Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE (Esforce), v. 5, n. 8, p. 69-81. jan./jun. 2012.

LYNN, L. E. (1980) Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis. Santa Monica, Calif.: Goodyear.

MEAD, L. M. (1995) “Public Policy: Vision, Potential, Limits”, Policy Currents, Fevereiro: 1-4

MIRAGLIA, L. M. M. O direito do trabalho como instrumento de efetivação da dignidade social da pessoa humana no capitalismo. Revista do Tribunal Regional do Trabalho. 3ª Reg., Belo Horizonte, v.49, n.79, p.149-162, jan./jun.2009.

OLIVEIRA, Adão. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: PIZZIO, Alex; FRANÇA, George. Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas. Editora da PUC Goiás, p. 93-99, 2010.

OLIVEIRA, Ramon (Org.). Jovens, Ensino Médio e Educação Profissional: Políticas Públicas em Debate. Campinas: Papirus, 2012.

PAIVA, C. M. F. Educação Profissional e ensino médio: relação direta com a(s) juventude(s)? Trabalho apresentado no VII Seminário Regional de Política e Administração da Educação do Nordeste. Pernambuco, 2012. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/seminario/ANPAE2012/Textos/CantaluzeMerciaFerreiraPaiva.pdf>.

PETERS, B. G. (1986) American Public Policy. Chatham, N.J.: Chatham House.

RAMOS, M.N. Educação Profissional: História e legislação. Curitiba: IFPR, 2011.

RAMOS, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, 2011.

RAMOS, Marise. Políticas e Diretrizes para a Educação Profissional no Brasil. Curitiba:

Instituto Federal do Paraná, 2011VIAMONTE, P. F. V. S. Ensino profissionalizante e ensino médio: novas análises a partir da LDB 9394/96. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 2, n. 1, p. 28-57, jan./jul. 2011.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, [S. l.], v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos históricos e ontológicos. In: Revista Brasileira de Educação, Vol. 12, n.34, jan/abr, 2012. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=p> t>. Acesso em 15 mai 2023

SEBRAE. A Sobrevivência das Empresas no Brasil. 2020 Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/sobrevivencia-das-empresas-2020,d5147a3a415f5810VgnVCM1000001b00320aRCRD>. Acesso em: 06 dez. 2023

SEBRAE. Pesquisa 2023 Disponível em: <https://agenciasebrae.com.br/wp-content/uploads/2024/04/Apresentacao-PPT-GEM-BR-2023-FINAL-V3-3.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2024.

SOCIOLOGIAS, C. E.; SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, [S. l.], v. 8, n. 16, 2008. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5605>>. Acesso em: 16 jun. 2022

VIAMONTE, Perola Fátima Valente Simpson. Ensino Profissionalizante e Ensino Médio: novas análises a partir da LDB 9394/96. Educação em Perspectiva, Viçosa, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/6469/2651>>. Acesso em 16 ago 2023.

WIZIACK, S. Participação da Modalidade Técnica Integrada na Oferta de Ensino Médio no Município de Barretos. 2022. Disponível em< <http://hdl.handle.net/11449/235099>>. Acesso em 11 set 2023

ANEXO

Questionário Pesquisa Mestrado - Ingressantes

Este questionário é parte de uma pesquisa do Programa de Pós Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas da UNESP/Franca. Ele tem a finalidade de analisar a importância do Ensino Médio Integrado ao Ensino Técnico na inserção do jovem ao mercado de trabalho. Ressalto que todas as respostas serão utilizadas exclusivamente para esta pesquisa em caráter sigiloso, e todos os dados e informações não serão divulgados em qualquer meio e somente servirá como parâmetro para análise

~~* da pesquisa pergunta obrigatória~~

1. E-mail *

2. Qual o curso que você faz atualmente na Etec? *

- ☐ Ensino Médio Integrado ao Técnico em Agropecuária
- ☐ Ensino Médio Integrado ao Técnico em Biotecnologia
- ☐ Ensino Médio Integrado ao Técnico em Química

3. O que levou você a escolher o curso em que está estudando? *

- ☐ Influência de amigos
- ☐ Influência dos pais ou familiares
- ☐ Gosto/vocação
- ☐ Perspetivas do mercado de trabalho
- ☐ Outro:

4. Como você ficou sabendo dos cursos da Etec? *

- ☐ Amigos
- ☐ Redes sociais/Internet
- ☐ Parentes
- ☐ Na escola onde estava estudando
- ☐ Outro:

5. Antes de você ingressar na Etec, você estudava em escola? *

- ☐ Pública
- ☐ Particular

6. Qual sua idade? *

- ☐ 13 anos
- ☐ 14 anos
- ☐ 15 anos
- ☐ mais de 15 anos

7. Qual é a sua identidade de gênero? *

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino
- ☐ Transgênero
- ☐ Não binário
- ☐ Prefiro não dizer
- ☐ Outro:

8. Qual seu estado civil? *

- ☐ Solteiro
- ☐ Casado
- ☐ Outro: _____

9. Você tem filhos? *

- ☐ Não
- ☐ Sim

10. Se você tem filhos, quantos? *

- ☐ Não tenho filhos
- ☐ 1
- ☐ 2
- ☐ 3
- ☐ Outro:

11. Qual sua origem étnica *

- ☐ Branca
- ☐ Amarela
- ☐ Parda
- ☐ Indígena
- ☐ Preta
- ☐ Prefiro não declarar

12. Qual cidade você reside? *

- ☐ Franca/SP
- ☐ Restinga/SP
- ☐ Cristais Paulista/SP
- ☐ Patrocínio Paulista/SP
- ☐ Batatais/SP
- ☐ Ipuã/SP
- ☐ Ibiraci/MG
- ☐ Claraval/MG
- ☐ Outro:

13. Contando com você, quantas pessoas moram na sua residência? *

- ☐ 1
- ☐ 2
- ☐ 3
- ☐ 4
- ☐ 5
- ☐ Mais que 5

14. Qual a renda total de todas das pessoas que moram na sua residência? *

- ☐ Até 1 salário mínimo
- ☐ De 1 até 2 salários mínimo
- ☐ De 3 até 4 salários mínimo
- ☐ De 5 até 6 salários mínimo
- ☐ Acima de 6 salários mínimo

15. Qual o nível de formação escolar de seus pais? *

- ☐ Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano
- ☐ Ensino Fundamental – 6º ao 9º ano
- ☐ Ensino Médio
- ☐ Ensino Superior
- ☐ Pós graduação
- ☐ Não sei responder

16. Qual o tipo de emprego que seus pais têm? *

- ☐ Emprego formal com registro em carteira
- ☐ Emprego informal sem registro em carteira
- ☐ Trabalhador autônomo
- ☐ Aposentado
- ☐ Desempregado
- ☐ Não sei responder

17. Você tem conhecimento em alguma língua estrangeira? *

- ☐ Não
- ☐ Sim, conhecimento básico
- ☐ Sim, conhecimento avançado

18. Você tem conhecimento em informática? *

- ☐ Não
- ☐ Sim, conhecimento básico
- ☐ Sim, conhecimento avançado

19. Você tem acesso a internet? *

- ☐ Não
- ☐ Sim, na minha casa
- ☐ Sim, em meu celular
- ☐ Sim, na minha casa e em meu celular

20. Atualmente você está trabalhando ou fazendo algum estágio? *

- ☐ Não
- ☐ Sim, na área em que estou estudando
- ☐ Sim, em outra área na qual estou estudando

21.

Se você está trabalhando em qual setor está trabalhando ou fazendo estágio? *

- ☐ Não estou trabalhando e nem fazendo estágio
 - ☐ Sim, no comércio
 - ☐ Sim, na indústria
 - ☐ Sim, na prestação de serviços
-

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Questionário Pesquisa Mestrado - Concluintes

Este questionário é parte de uma pesquisa do Programa de Pós Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas da UNESP/Franca. Ele tem a finalidade de analisar a importância do Ensino Médio Integrado ao Ensino Técnico na inserção do jovem ao mercado de trabalho. Ressalto que todas as respostas serão utilizadas exclusivamente para esta pesquisa em caráter sigiloso, e todos os dados e informações não serão divulgados em qualquer meio e somente servirá como parâmetro para análise da pesquisa

* Indica uma pergunta obrigatória

1. E-mail *

2. Qual o curso que você faz atualmente na Etec? *

- ☐ Ensino Médio Integrado ao Técnico em Agropecuária
- ☐ Ensino Médio Integrado ao Técnico em Biotecnologia
- ☐ Ensino Médio Integrado ao Técnico em Química

3. O que levou você a escolher o curso em que está estudando? *

- ☐ Influência de amigos
- ☐ Influência dos pais ou familiares
- ☐ Gosto/vocação
- ☐ Perspetivas do mercado de trabalho
- ☐ Outro:

4. Como você ficou sabendo dos cursos da Etec? *

- ☐ Amigos
- ☐ Redes sociais/Internet
- ☐ Parentes
- ☐ Na escola onde estava estudando
- ☐ Outro:

5. Antes de você ingressar na Etec, você estudava em escola? *

- ☐ Pública
- ☐ Particular

6. Qual sua idade? *

- ☐ 17 anos
- ☐ 18 anos
- ☐ 19 anos
- ☐ mais de 19 anos

7. Qual é a sua identidade de gênero? *

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino
- ☐ Transgênero
- ☐ Não binário
- ☐ Prefiro nao dizer
- ☐ Outro:

8. Qual seu estado civil? *

- ☐ Solteiro
- ☐ Casado
- ☐ Outro:

9. Você tem filhos? *

- ☐ Não
- ☐ Sim

10. Se você tem filhos, quantos? *

- ☐ Não tenho filhos
- ☐ 1
- ☐ 2
- ☐ 3
- ☐ Outro:

11. Qual sua origem étnica *

- ☐ Branca
- ☐ Amarela
- ☐ Parda
- ☐ Indígena
- ☐ Preta
- ☐ Prefiro não declarar

12. Qual cidade você reside? *

- ☐ Franca/SP
- ☐ Restinga/SP
- ☐ Cristais Paulista/SP
- ☐ Patrocínio Paulista/SP
- ☐ Batatais/SP
- ☐ Ipuã/SP
- ☐ Ibiraci/MG
- ☐ Claraval/MG
- ☐ Outro:

13. Contando com você, quantas pessoas moram na sua residência? *

- ☐ 1
- ☐ 2
- ☐ 3
- ☐ 4
- ☐ 5
- ☐ Mais que 5

14. Qual a renda total de todas das pessoas que moram na sua residência? *

- ☐ Até 1 salário mínimo
- ☐ De 1 até 2 salários mínimo
- ☐ De 3 até 4 salários mínimo
- ☐ De 5 até 6 salários mínimo
- ☐ Acima de 6 salários mínimo

15. Qual o nível de formação escolar de seus pais? *

- ☐ Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano
- ☐ Ensino Fundamental – 6º ao 9º ano
- ☐ Ensino Médio
- ☐ Ensino Superior
- ☐ Pós graduação
- ☐ Não sei responder

16. Qual o tipo de emprego que seus pais têm? *

- ☐ Emprego formal com registro em carteira
- ☐ Emprego informal sem registro em carteira
- ☐ Trabalhador autônomo
- ☐ Aposentado
- ☐ Desempregado
- ☐ Não sei responder

17. Você tem conhecimento em alguma língua estrangeira? *

- ☐ Não
- ☐ Sim, conhecimento básico
- ☐ Sim, conhecimento avançado

18. Você tem conhecimento em informática? *

- ☐ Não
- ☐ Sim, conhecimento básico
- ☐ Sim, conhecimento avançado

19. Você tem acesso a internet? *

- ☐ Não
- ☐ Sim, na minha casa
- ☐ Sim, em meu celular
- ☐ Sim, na minha casa e em meu celular

20. Atualmente você está trabalhando ou fazendo algum estágio? *

- ☐ Não
- ☐ Sim, na área em que estou estudando
- ☐ Sim, em outra área na qual estou estudando

21. Se não está trabalhando, o que você está fazendo para conseguir um emprego/estágio?

- ☐ Enviando currículos para as vagas anunciadas
- ☐ Procurando em classificados em jornais/internet
- ☐ Mantendo contato com conhecidos e amigos para indicações
- ☐ Outro:

*

22. Se você está trabalhando ou fazendo algum estágio, como conseguiu essa oportunidade?

- ☐ Não estou trabalhando e nem fazendo estágio
- ☐ Indicação de amigos/parentes
- ☐ Através de anúncios
- ☐ Indicação da Etec
- ☐ Outro:

23. Se você está trabalhando ou fazendo estágio em qual setor está atuando? *

- ☐ Não estou trabalhando e nem fazendo estágio
- ☐ Sim, no comércio
- ☐ Sim, na indústria
- ☐ Sim, na prestação de serviços

24. Se você está trabalhando ou fazendo estágio, qual sua situação profissional atual?

- ☐ Não estou trabalhando e nem fazendo estágio
- ☐ Trabalho/Estágio em empresa privada
- ☐ Trabalho/Estágio em empresa pública
- ☐ Profissional autônomo
- ☐ Trabalho em empresa da minha família
- ☐ Empresário

25. Se você está trabalhando ou fazendo estágio, qual função você atua? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Não estou trabalhando e nem fazendo estágio
- ☐ Estagiário
- ☐ Auxiliar/Analista
- ☐ Supervisor/Coordenador
- ☐ Gerente/Diretor
- ☐ Técnico
- ☐ Outro:

26. Se você está trabalhando ou fazendo estágio, quais foram as maiores dificuldades para obter a primeira oportunidade? _____

27. Se você está trabalhando ou fazendo estágio, ao ingressar no mercado de trabalho, o Ensino Médio Integrado ao Ensino Técnico foi?

- ☐ Não estou trabalhando e nem fazendo estágio
- ☐ Uma referência extremamente significativa
- ☐ Significativo
- ☐ Uma referência pouco significativa
- ☐ Não fez diferença

28. Se você está trabalhando ou fazendo estágio, a formação dada pela Etec contribuiu para o meu desempenho profissional?

- ☐ Não estou trabalhando e nem fazendo estágio
- ☐ Muito
- ☐ Razoavelmente
- ☐ Pouco
- ☐ Não fez diferença

29. Se você está trabalhando ou fazendo estágio, quais dificuldades encontradas no seu desempenho profissional?

- ☐ Não estou trabalhando e nem fazendo estágio
- ☐ Não enfrento dificuldades
- ☐ Falta de conhecimento teórico
- ☐ Falta de conhecimento prático
- ☐ Falta de conhecimento técnico
- ☐ Outro:

30. Você recomendaria fazer os cursos oferecidos pela Etec? Porque? *

*

31. Espaço reservado para comentários e sugestões a respeito dos cursos e da que julgar necessário.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Questionário Pesquisa Mestrado - Empresários

Este questionário é parte de uma pesquisa do Programa de Pós Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas da UNESP/Franca. Ele tem a finalidade de analisar a importância do Ensino Médio Integrado ao Ensino Técnico na inserção do jovem ao mercado de trabalho. Ressalto que todas as respostas serão utilizadas exclusivamente para esta pesquisa em caráter sigiloso, e todos os dados e informações não serão divulgados em qualquer meio e somente servirá como parâmetro para análise

da pesquisa
~~* Indica uma pergunta obrigatória~~

1. Qual(is) a(s) área(s) de atuação dessa empresa? *

2. Em qual município a empresa atua? *

3. A empresa oferece capacitação para os seus funcionários da área técnica?
Quais as modalidades? Porquê? *

4. Quantos alunos ou ex-alunos da Etec atualmente trabalham na empresa? *

5. Em quais setores os alunos ou ex-alunos da Etec atuam na empresa? *

*

6. Informe três qualidades que os alunos e ex-alunos da Etec geralmente apresentam.

*

7. A formação profissional dos alunos e ex-alunos da Etec atende às necessidades da empresa?

8. Indique três aspectos em que os alunos e ex-alunos da

*

9. Houve alguma dificuldade no processo de seleção e contratação dos alunos e ex-alunos da Etec?

*

10. O ensino médio integrado ao ensino técnico oferecido pela Etec a seu ver, contribui para o desenvolvimento da região?

*

11. Em que aspectos importantes você acha que a Etec deveria atuar e não está atuando, que ajudariam os alunos e ex-aluno a se inserir no mercado de trabalho da região?

12. O que pode ser melhorado no desenvolvido na relação empresa/Etec? *

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários